



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS- FCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA TROPICAL – PPG/AT

**A ADMINISTRAÇÃO RURAL NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR – Um estudo com os produtores rurais associados à Cooperativa Mista
Agropecuária de Iranduba - COOAPIR**

ELIZÂNGELA DE FRANÇA CARNEIRO

MANAUS- AM

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS- FCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA TROPICAL – PPG/AT

ELIZÂNGELA DE FRANÇA CARNEIRO

**A ADMINISTRAÇÃO RURAL NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR – Um estudo com os produtores rurais associados à Cooperativa Mista
Agropecuária de Iranduba - COOAPIR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia Tropical, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração Agroecologia.

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

MANAUS-AM

2008

Ficha Catalográfica
(Catalogação na fonte realizada pela Biblioteca Central – UFAM)

Carneiro, Elizângela de França

C289a A administração rural no desenvolvimento da agricultura familiar – um estudo com os produtores rurais associados à Cooperativa Mista Agropecuária de Iranduba - COOAPIR/ Elizângela de França Carneiro. - Manaus: UFAM, 2008.

103 f.

Dissertação (Mestrado em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2008.

Orientadora: Prof^a. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

1. Agricultura familiar 2. Cooperativismo 3. Administração rural
I. Fraxe, Therezinha de Jesus Pinto II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 631.115.8(811.3)(043.3)

ELIZÂNGELA DE FRANÇA CARNEIRO

**A ADMINISTRAÇÃO RURAL NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR – Um estudo com os produtores rurais associados à Cooperativa Mista
Agropecuária de Iranduba - COOAPIR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia Tropical, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração Agroecologia.

APROVADA: 17 de março de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Alexandre Almir Ferreira Rivas
Titular
Universidade Federal do Amazonas

Dr. Wanderlei Antônio Alves de Lima
Titular
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Ao meu pai, Francisco de Assis (in memoriam).

À minha mãe, Neuza.

Ao meu irmão, Davi.

Ao meu grande amor Raimundo Rocha.

Dedico

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela sua presença em minha vida e por me ajudar a encontrar meu caminho e sempre colocar pessoas maravilhosas em minha vida.

À minha mãe, ao meu irmão e ao José, pelos valores, pelo incentivo, carinho e apoio. Nesse momento tão especial, quero agradecer a minha mestra, Professora Teca, pela orientação e, principalmente, porque desde o primeiro momento que estivemos juntas sempre me motivou e depositou grande confiança em mim, me oferecendo novas oportunidades e se esforçando para a minha formação como pesquisadora. Seus valores de vida, sua paixão pela pesquisa, pela Amazônia e pelos povos que nela vivem, me contagiaram.

Ao meu esposo e companheiro de todos os momentos, Rai. Que sem dúvida foi um anjo enviado por Deus, e foi meu alicerce nesta jornada. Você será sempre meu exemplo de otimismo e perseverança.

À Teresa que contribuiu para o início de tudo, me indicou ao NUSEC e me incentivou a concorrer o mestrado.

Ao Professor Alexandre Rivas, pelo incentivo, apoio, orientação, e, principalmente, pela confiança em mim depositada.

Ao professor Carlos Edwar que contribuiu de forma estatisticamente significativa com as análises deste estudo, obrigada professor, você é um dos meus mestres.

Ao professor Antônio Luís Abrantes da Universidade Federal de Viçosa-UFV, que com um simples contato colocou-se à disposição me passando informações imprescindíveis para a realização da pesquisa.

A minha grande amiga Bia, pela ajuda no programa SPSS e pela força e energia repassada a mim durante este período.

A todos meus colegas de equipe do Núcleo de Socioeconomia-UFAM, em especial as amigas, Marcinha, Cristina, Jozane, Albejamere, Suzy e Sâmia, por terem me suportado falando de dissertação o tempo todo.

À minha amiguinha e companheira de estudos, Simone pelos momentos inesquecíveis, principalmente aqueles no início do mestrado.

À minha amiga Renata que embora não fosse da minha turma de mestrado, também estava dissertando e foi minha companheira de tensão pré-dissertação.

Ao inesquecível trio check list: Lenize, Renata e Bia.

Ao amigo Gabriel pela ajuda no campo.

Ao Projeto PIATAM, por todas as oportunidades a mim oferecidas.

Ao secretário do PPG/AT, Nascimento, pela atenção dada a mim todas as vezes que precisei.

Ao PPG/AT pela oportunidade, e aos professores, que por meio de suas aulas me deram bases fundamentais para conduzir o mestrado.

Aos produtores da COOAPIR, que me abriram as portas e se tornaram os verdadeiros autores desta pesquisa.

A CAPES pelo incentivo à pesquisa e concessão da bolsa de estudos.

A todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para realização deste trabalho.

RESUMO

Os fatores necessários ao desenvolvimento da agricultura familiar têm se tornado fontes de grandes debates, devido sua contribuição significativa com diversos aspectos socioeconômicos relacionados ao homem do campo e ao meio ambiente. Este desenvolvimento não está relacionado somente com adoção de técnicas de manejo, mas com uma visão ampla do negócio, que envolve todo um leque de elementos do sistema de produção, inclusive a administração da propriedade rural. A Administração Rural combina fatores de produção, recursos naturais, recursos humanos e recursos produzidos pelo homem e torna-se relevante no cenário de evolução e no mundo competitivo em que a atividade rural se encontra. Neste sentido o estudo teve como principal objetivo a caracterização do perfil dos produtores rurais associados à COOAPIR, quanto à utilização de técnicas administrativas, e a análise se a utilização ou não destas técnicas, influencia no desenvolvimento do produtor e da propriedade rural. A pesquisa foi realizada em duas etapas. 1. Caracterização do perfil socioeconômico dos produtores, analisada pelo método Estatística Descritiva e 2. Caracterização e tipificação do perfil administrativo dos produtores, onde foi aplicada a técnica de Análise Discriminante para classificação dos grupos, sendo o Grupo 1 (não utilizam informações administrativas) e o Grupo 2 (utilizam informações administrativas, posteriormente foi feita a análise descritiva dos grupos. Na primeira etapa identificou-se que 91,3% dos entrevistados são do sexo masculino e 8,7% feminino, o que retratou que ainda existe uma baixa participação da mulher no quadro associativo da COOAPIR. A faixa etária dos produtores varia entre 41 e 50 anos (43,5%) e 51 anos e mais (52,2%). Esses produtores têm a agricultura como principal forma de exploração de suas propriedades, atividade esta, declarada como mais importante determinadora da renda pela maioria dos produtores, que se divide em produção de hortaliças e fruticultura. Em relação às fontes de rendimento, os resultados demonstraram que 52,2% dos produtores vivem somente da atividade rural, o restante, 47,8%, possui outras fontes de rendimento com algum tipo de trabalho assalariado e, principalmente aposentadorias, 54,5%. Na segunda etapa o modelo foi constituído por 25 casos onde todos foram considerados válidos, sendo a *priori* 11 pertencentes ao grupo 1 e, 14 pertencentes ao grupo 2. No modelo foram testadas 20 variáveis, das quais, a estatística Lâmbda de Wilks mostrou que ao nível de significância de 1%, duas variáveis (BANCODAD e ICATIVID) apresentaram poder discriminante na classificação dos grupos. Foram classificados corretamente no Grupo 1 90,9% dos casos e no Grupo 2, 78,6%. Quanto às estatísticas de classificação, a função conseguiu classificar corretamente 84% dos casos originais. O diagnóstico socioeconômico revelou que os produtores estudados possuem grande diferencial em relação à grande maioria dos produtores familiares do Estado do Amazonas. Os resultados do perfil administrativo demonstraram a carência e desconhecimento das técnicas de administração, ocasionando a não utilização destas no processo de tomada de decisão, pela maioria dos produtores. O modelo estatístico Análise Discriminante permitiu inferir que os grupos formados a *priori*, são estatisticamente distintos. Os produtores que utilizam técnicas administrativas na propriedade alcançam maior grau de desenvolvimento, tanto social quanto econômico.

Palavras-chave: Administração Rural, Cooperativismo, Análise Discriminante.

ABSTRACTS

The necessary factors to development of family agriculture have turned sources of great debates, due to their significant contribution with several socioeconomical aspects related to the man of the field and to the environment. This development is not only related with adoption of handling techniques, but a wide vision of business, that involves an entire fan of elements of the production system, besides the administration of the rural property. The Rural Administration combines production factors, natural resources, human resources and resources produced by man and it becomes relevant in the evolution scenery and in the competitive world in that the rural activity is inserted. In this sense, this study had as objectives: i) characterization of the profile of the rural producers associated to COOAPIR, with relationship to the use of administrative techniques; ii) analysis if the use or not of such techniques influences in the development of the producer and of the rural property. The research was accomplished in two stages: 1. Characterization of the socioeconomical profile of the producers, analyzed by Descriptive Statistics and 2. Characterization and tipification of the administrative profile of the producers, where Discrimination analysis was applied for classification of groups, being Group 1 without use of administrative information, and Group 2 with the use of administrative information. Later, it was made descriptive analysis of the groups. In the first stage, it was identified that 91.3% of the interviewees were of the masculine sex and 8.7% of the feminine, what portrayed that still exists few women associated to COOAPIR. The age group of the producers varies between 41 and 50 years (43.5%) and 51 years and more (52.2%). Those producers have the agriculture as the main form of exploration of their properties, declared as the most important source of income by most of the producers. The activities are separated in production of vegetables and horticulture. In relation to income sources, the results demonstrated that 52.2% of the producers totally depend on the agriculture, the remaining (47.8%) possesses other income sources with some type of employed work and, mainly, retirements (54.5%). In the second stage, the model was constituted by 25 cases where all were considered valid, initially 11 belonging to group 1, and 14 belonging to group 2. In the model, 20 variables were tested, of which, the Lambda of Wilks statistics showed that, at 1% of significance, two variables (BANCODAD and ICATIVID) presented discrimination power in the classification of the groups. They were classified correctly in the Group 1 90.9% of the cases and in the Group 2 78.6%. With relation to classification statistics, the function got to classify correctly 84% of the original cases. The socioeconomical diagnosis revealed that the studied producers possess great differences in relation to the majority of family producers of the State of Amazonas. The results of the administrative profile demonstrated the lack and ignorance of the administration techniques, causing the non use in the process of decision making, for most of the producers. The statistical model of Discrimination Analysis allowed to infer that the groups formed are different. The producers that use administrative techniques in their properties reach larger development degree, so much social as economical.

Word-key: Rural administration, Cooperativism, Discrimination analysis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	OBJETIVOS.....	18
2.1	Geral.....	18
2.2	Específicos.....	18
2.3	Hipótese de pesquisa.....	18
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
3.1	Conceitos e Características da Agricultura Familiar.....	19
3.1.1	A agricultura familiar no Brasil e Amazonas.....	22
3.1.2	Importância da agricultura familiar.....	23
3.1.3	A necessidade de profissionalização da agricultura familiar.....	24
3.2	A Administração da Propriedade Rural.....	25
3.2.1	A administração rural e os objetivos dos produtores rurais.....	31
3.3	O Cooperativismo Agropecuário.....	33
3.4	Administração Rural, Cooperativismo e Agricultura Familiar.....	37
4	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	41
4.1	Considerações Iniciais.....	41
4.2	Tipo de Pesquisa.....	42
4.3	Método de Pesquisa e Coleta de Dados.....	43
4.4	Procedimentos para Caracterização do Perfil Socioeconômico dos Produtores.....	45
4.5	Procedimentos para Caracterização e Tipificação do Perfil Administrativo dos Produtores...	45
4.5.1	Descrição das variáveis.....	46
4.5.2	Operacionalização e análise das variáveis.....	49
4.5.3	Análise discriminante.....	49
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	52
5.1	Caracterização do Perfil Socioeconômico dos Produtores.....	52
5.1.1	Aspectos sociais.....	52
5.1.2	Aspectos econômicos.....	59
5.1.3	Aspectos relacionados à satisfação dos produtores em relação à COOAPIR.....	64
5.2	Caracterização e Tipificação do Perfil Administrativo dos Produtores.....	67
5.2.1	Resultados da Análise Discriminante.....	67

5.2.2	Análise descritiva dos grupos.....	71
6	CONCLUSÕES.....	86
7	RECOMENDAÇÕES.....	88
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
9	ANEXOS.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Percentual de produtores, segundo sexo.....	52
Gráfico 02	Percentual de produtores, faixa etária.....	53
Gráfico 03	Percentual de produtores, segundo grau de escolaridade.....	54
Gráfico 04	Percentual dos produtores segundo tamanho da propriedade.....	55
Gráfico 05	Produtores que moram na propriedade.....	55
Gráfico 06	Número de pessoas na família.....	55
Gráfico 07	Situação dos produtores segundo condição de uso da terra.....	56
Gráfico 08	Estado civil dos produtores.....	57
Gráfico 09	Religião dos produtores.....	57
Gráfico 10	Fluxo migratório dos produtores.....	57
Gráfico 11	Fluxo migratório dos produtores.....	57
Gráfico 12	Tempo de moradia no Estado do Amazonas dos produtores.....	58
Gráfico 13	Infra-estrutura básica da localidade.....	59
Gráfico 14	Religião e Lazer.....	59
Gráfico 15	Meio de transporte utilizado para ir à escola, das famílias que moram na propriedade.....	59
Gráfico 16	Principal atividade econômica dos produtores.....	61
Gráfico 17	Fontes de rendimento dos produtores.....	62
Gráfico 18	Rendimento bruto mensal advindo da atividade agrícola e criação de animais.....	63
Gráfico 19	Percepção dos produtores em relação à melhoria na situação financeira e social após à associação.....	65
Gráfico 20	Principal contribuição da COOAPIR do ponto de vista dos cooperados.....	66
Gráfico 21	Distribuição do percentual de produtores de acordo com o tempo de experiência na atividade rural.....	71
Gráfico 22	Distribuição do percentual de produtores de acordo com o tempo de associação à COOAPIR.....	72
Gráfico 23	Distribuição do percentual de produtores de acordo com a utilização de informações para o controle das atividades.....	73
Gráfico 24	Distribuição do percentual de produtores de acordo com a formação de registros	

	e anotações.....	75
Gráfico 25	Distribuição do percentual de produtores de acordo com faixa etária.....	77
Gráfico 26	Distribuição do percentual de produtores de acordo com o grau de escolaridade..	78
Gráfico 27	Distribuição do percentual de produtores de acordo com instrumentos utilizados para o sistema de organização administrativa.....	79
Gráfico 28	Distribuição do percentual de produtores de acordo com a existência de conta bancária diferenciada para os negócios.....	80
Gráfico 29	Distribuição do percentual de produtores de acordo com a separação das despesas particulares das relacionadas ao negócio da propriedade.....	81
Gráfico 30	Distribuição do percentual de produtores de acordo com a elaboração de Planejamento.....	82
Gráfico 31	Distribuição do percentual de produtores de acordo com o faturamento bruto anual.....	83
Gráfico 32	Distribuição do percentual de produtores de acordo com o interesse em participar de cursos na área administrativa.....	83

1 INTRODUÇÃO

Vários são os fatores necessários ao desenvolvimento da agricultura familiar. Esta tem se tornado fonte de grandes debates devido, principalmente, à sua importância, pois contribui significativamente com diversos aspectos socioeconômicos relacionados ao homem do campo e ao meio ambiente.

Essa contribuição se tornou tão relevante que no Brasil as atuais políticas públicas já estão incorporando a concepção de que o desenvolvimento rural está fortemente aliado ao fortalecimento da agricultura familiar, que requer o apoio de um conjunto de serviços técnicos especializados e de equipamentos apropriados à sua escala e sistemas de produção. Além disso, a existência de uma massa mínima de agricultores familiares em determinadas regiões pode gerar com mais facilidade o desenvolvimento das formas associativas e conseqüentemente a busca por serviços de apoio necessários ao seu fortalecimento e outras iniciativas, contribuindo para o desenvolvimento local.

Considerada como o símbolo da geração de empregos no meio rural, a agricultura familiar sempre esteve presente no Brasil, talvez como a principal forma de atividade econômica de muitas famílias, tornando-se um importante componente do sistema de produção agrícola do País, tanto para a oferta de alimentos quanto para a manutenção da oferta de ocupação e emprego rural (Schneider, 2003; Guanziroli & Cardim, 2000).

Para Ellis e Biggs, (2005) a sustentabilidade da agricultura familiar pode ser uma fonte geradora de novas ou diferentes alternativas para o desenvolvimento rural no futuro, desde que esta ocupe posição importante nos esforços dos países de baixa renda para reduzir a pobreza

rural. Não se pode pensar este desenvolvimento somente com a adoção de técnicas de manejo, melhor aproveitamento das áreas, etc., é necessário que este produtor tenha uma visão mais ampla do seu negócio, envolvendo todo um leque de elementos que fazem parte do sistema de produção, dentre eles a administração da propriedade rural.

A Administração Rural combina fatores de produção, recursos naturais, recursos humanos e recursos produzidos pelo homem e torna-se relevante no cenário de evolução e no mundo competitivo em que a atividade rural se encontra, pois informações gerenciais que permitam o planejamento, a organização, a direção e o controle das atividades proporcionam melhores alternativas para a tomada de decisões e desenvolve nos produtores capacidade para acompanhar a evolução do setor, uma vez que o mercado atual requer cada vez mais, produtos de qualidade aliados à proteção ambiental.

A atividade rural demanda ação constante, e em determinados momentos requer do produtor maior atenção em termos de “o que plantar”, “quanto plantar”, “quando plantar”, “o que criar” e tantas outras atividades semelhantes. Porém, para o produtor planejar suas ações não é tarefa fácil, face aos ajustamentos que devem fazer de seus objetivos, em relação à realidade de recursos escassos e incertezas de preços a serem praticados a nível de mercado (RIBEIRO, 1985).

Ribeiro (1985) ainda aponta que as características generalizadas da realidade encontrada nas pequenas propriedades rurais geralmente são: a baixa produtividade da mão-de-obra, do capital físico da propriedade, das culturas e das criações, decorrente da falta de planejamento e controle destas atividades. Lunardi & Santos (2000) acrescentam que em muitas unidades de produção rural, os controles e registros sistematizados para a tomada de decisões não fazem parte

da rotina de trabalho dos produtores. No entanto, esses conduzem um processo produtivo que envolve trabalho, terra e capital, tais como, empresários nas suas empresas.

Sendo a administração necessária em qualquer tipo de atividade rural, independentemente do tamanho da propriedade, técnicas eficientes de controle, entre elas o uso racional dos recursos disponíveis, são fundamentais, uma vez que os impactos das decisões administrativas garantem gestão mais eficiente e o desenvolvimento do produtor rural. Desta forma, percebe-se um vasto campo a ser explorado pela Administração Rural, pois por meio destas técnicas o produtor/empresário rural poderá ter mais segurança na hora da tomada de decisões, obtendo melhores resultados e possivelmente adquirindo boa rentabilidade para seus negócios.

Apesar do contexto de mudanças na agricultura, aspectos relacionados à sua gestão não têm sido suficientemente tratados na literatura, onde se verificou uma carência de estudos e iniciativas em administração rural no Brasil, principalmente voltada para a agricultura familiar. Segundo Noronha & Peres (1991) apud Canziani (2001), embora tenha havido um grande apoio das instituições de pesquisas agrônomicas e do sistema público de extensão no sentido da modernização da produção agrícola brasileira, não há como ignorar certo abandono dessas mesmas entidades no desenvolvimento da área de administração rural.

Neste sentido realizou-se um estudo com os produtores rurais associados à COOAPIR, pela grande importância do cooperativismo agropecuário para a viabilização da pequena propriedade rural. Santos *et al*, (2002), aborda que a missão principal do cooperativismo deve ser produzir com qualidade ao menor custo e oferecer facilidades na difusão de tecnologias. Porém com todas as vantagens do cooperativismo, o autor ressalta que no Brasil, este ainda é um desafio, pois a maior parte dos dirigentes não possui capacidade para administrá-lo.

Com o conhecimento sobre os diversos aspectos administrativos dos produtores rurais da região, espera-se que este levantamento possa contribuir com as discussões para a melhoria do processo de aconselhamento administrativo aos produtores rurais, e conseqüentemente o aprimoramento da agricultura familiar e do cooperativismo no Estado do Amazonas.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Caracterização do perfil dos produtores rurais associados à COOAPIR, quanto à utilização de técnicas administrativas, e a análise se a utilização ou não destas técnicas, influencia no desenvolvimento do produtor e da propriedade rural.

2.2 Específicos

- Elaboração de diagnóstico sócio-econômico das propriedades;
- Caracterização e tipificação do perfil administrativo dos produtores;
- Análise das formas que os produtores rurais utilizam as informações administrativas no processo de tomada de decisão e verificação das possíveis diferenças quanto à utilização ou não destas;
- Identificação e verificação das variáveis que contribuem significativamente para a discriminação dos grupos de produtores rurais que utilizam ou não informações administrativas;
- Avaliação junto aos produtores, quanto às suas satisfações em relação à COOAPIR.

2.3 Hipótese de pesquisa

- Existe diferença entre os produtores que utilizam técnicas administrativas dos que não as utilizam.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão está dividida em quatro partes que são de grande importância para a melhor compreensão dos assuntos correlatos ao estudo. A primeira aborda os conceitos e características da agricultura familiar, dando ênfase em seus aspectos no Brasil e Amazonas, sua importância e necessidade de profissionalização. A segunda aborda a administração da propriedade rural e sua relação com os objetivos dos produtores. A terceira ressalta o cooperativismo agropecuário e, finalmente, a quarta faz um elo entre administração rural, cooperativismo e agricultura familiar.

3.1 Conceitos e Características da Agricultura Familiar

A agricultura é definida como a arte de cultivar a terra. Arte essa decorrente da ação do homem sobre o processo produtivo à procura da satisfação de suas necessidades básicas (Santos *et al.*, 2002). Sendo uma atividade milenar, praticada em todos os países do mundo, o modo ou a forma de praticá-la (sistema agrícola) difere muito de um lugar para outro, em função de vários fatores, dentre eles as condições climáticas, sócio-econômicas, culturais e técnicas das diferentes coletividades humanas, bem como das influências do meio físico e natural.

Analisando os trabalhos referentes aos estudos sobre Agricultura Familiar, observou-se que vários são os conceitos abordados, desde ponto de vista teórico dos vários estudiosos do tema, até à situação política e econômica em que essa categoria veio se organizando em seu percurso histórico.

Embora o tema tenha todo um percurso histórico, Denardi (2001) aborda que o conceito de agricultura familiar é relativamente recente, pelo menos no Brasil. Antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno produtor e, também camponês. Porém, o campesinato e a agricultura

familiar são categorias distintas, embora o elemento comum entre ambos seja a forma de organização da unidade de produção, ou a predominância familiar no que se refere à força de trabalho que nela atua. Lamarche (1993) faz essa diferenciação de modo bastante claro: ele vê a exploração familiar como “uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”, e a exploração camponesa como “um conceito de análise que define um modelo de funcionamento bem particular de exploração agrícola”. Assim o campesinato é uma modalidade de agricultura familiar, onde a formação social tem suas particularidades.

Segundo FAO/INCRA (1994), a agricultura familiar apresenta as seguintes características:

- a preeminência da força de trabalho familiar;
- a unidade, interação e interdependência existentes entre a família e a unidade de produção, onde não há separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores;
- a não especialização e divisão clássica, formal e hierárquica do trabalho e entre atividade administrativa e executiva, isto é, entre trabalhadores diretos e indiretos;
- uma participação solidária e co-responsável de todos os membros da família na organização e no funcionamento do conjunto do sistema família-unidade de produção;
- um projeto (objetivos e finalidades) orientado, prioritariamente, para a reprodução das condições e da força de trabalho familiar;

- uma estratégia voltada para a garantia da segurança alimentar da família, para a redução de riscos, para o aumento da renda total da família e garantia de emprego da mão de obra familiar e ampliação das condições de trabalho e produção.

Outra questão relevante na caracterização da agricultura familiar é o entendimento de que esta se diferencia da agricultura patronal em diversos parâmetros, pois nesta última, trata-se de uma agricultura mais mecanizada, em grandes áreas de monocultivo, principalmente interessados na exportação, que geralmente utiliza muito capital e recursos tecnológicos avançados. A agricultura familiar é considerada de menor escala, mais ecológica e autônoma, geradora de emprego da qual produz normalmente para o abastecimento do mercado interno.

Veiga (1991), por exemplo, faz uma sucinta diferenciação entre o modelo patronal e o familiar.

Modelo Patronal	Modelo Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “do terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra	Tomada de decisões <i>in loco</i> , condicionadas pelas especificidades do processo produtivo
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Quadro 01: Diferenciação entre agricultura patronal e agricultura familiar

Fonte: Veiga (1991)

Organizado por Carneiro, E.F (2008).

Diante destas abordagens verifica-se que o fenômeno da agricultura familiar se encontra fortemente presente, embora, mais em umas regiões e menos em outras, mas, independentemente

da densidade, ela é segmento de grande importância econômica e social no meio rural, uma vez que une, ao mesmo tempo, eficiência econômica e eficiência social.

3.1.1 A agricultura familiar no Brasil e Amazonas

O segmento da agricultura familiar assume papel socioeconômico de grande importância, uma vez que seu desenvolvimento é entendido como uma das pré-condições para uma sociedade economicamente mais eficiente e socialmente justa, pois cria oportunidades de trabalho local, reduz o êxodo rural, diversifica os sistemas de produção, possibilita uma atividade econômica em maior harmonia com o meio ambiente e contribui para o desenvolvimento regional.

No Brasil de acordo com o Censo Agropecuário 95/96, mais 85% do total das propriedades rurais no País pertencem a grupos familiares, envolvendo um universo de 13,8 milhões de pessoas que são responsáveis por significativa parcela da produção de alimentos consumidos pela população brasileira, tanto aqueles considerados básicos, como para as grandes cadeias agroindustriais. Na região norte são 380.895 agricultores familiares, representando 85,4% do total de estabelecimentos agrícolas, ocupando 37,5% da área total e 58,3% do valor bruto da produção, esses valores fazem da agricultura familiar papel reconhecidamente importante.

No Estado do Amazonas a literatura a respeito da agricultura familiar ainda é escassa, principalmente àquelas envolvendo os produtores de terra firme, porém, é visível que seu desenvolvimento pode ser considerado lento, talvez ainda pela falta de políticas públicas voltadas para o setor, assistência técnica e financeira, que ainda não deixaram desencadear o potencial desta região para atividades agrícolas. Contudo não podemos deixar de observar a importância desta para o Estado, principalmente, pelo fato da produção ainda não conseguir abastecer o

mercado interno, o que comprova a existência de espaço para o crescimento da agricultura familiar.

3.1.2 Importância da Agricultura Familiar

O universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade de paisagem agrária, seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores. Do mesmo modo, o universo de agricultores familiares é heterogêneo, seja do ponto de vista econômico, social ou cultural, (Machado e Silva, 2004).

Na agricultura familiar predomina a interação entre produção e trabalho, ou seja, são os produtores que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilização o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Trabalhos acadêmicos das mais variadas origens demonstram, de forma contundente, as enormes vantagens da agricultura familiar comparativamente às grandes propriedades rurais. No meio rural, as unidades familiares, além de atenderem melhor aos interesses sociais do País, são mais produtivas, asseguram a melhor preservação ambiental e são economicamente viáveis (GUANZIROLI & CARDIM, 2000).

Num passado próximo, mais especificamente na década de 60 e final dos anos 70, com a chamada “Revolução Verde¹” as políticas agrícolas normalmente eram feitas privilegiando as grandes empresas rurais e contribuindo para o desaparecimento da produção familiar, atualmente esta situação já reflete uma nova realidade, embora ainda haja muito que fazer, pois na maioria

¹ Modelo que imprimiu mudanças significativas na agricultura mundial, através do aumento do uso de máquinas agrícolas, sementes híbridas, fertilizantes químicos e defensivos, artificializando em muito, o processo de produção de alimentos (Santos, 2004).

das vezes, a impossibilidade do acesso ao crédito, os problemas de comercialização, a impossibilidade do acesso aos avanços tecnológicos entre outros, favorecem para o enfraquecimento da pequena produção, bem como outros fatores, como a deficiência na assessoria técnica e a incapacidade gerencial dos produtores (VIVAN E SETTE, 2001).

O desempenho da agricultura familiar é determinado por um conjunto grande de variáveis, sejam decorrentes das políticas públicas e da conjuntura macroeconômica, sejam decorrentes de especificidades locais e regionais. Muitas dessas variáveis fogem ao controle da unidade de produção, mas outras, como a gestão da produção, estão diretamente vinculadas ao seu controle.

3.1.3 A necessidade de profissionalização da agricultura familiar

Numa perspectiva de desenvolvimento da agricultura familiar, embora muitos trabalhos tratem do assunto; poucos tratam explicitamente de índices para gestão do desenvolvimento econômico (RANGEL, 2004). Em seus estudos, Lunardi & Santos (2000) relatam que uma análise da situação rural brasileira possibilita o entendimento que, os produtores familiares são também empresários e que suas unidades de produção constituem empresas rurais. Assim sendo, tais produtores são passíveis de receber e adotar a administração rural.

Na empresa rural o empresário é o próprio produtor rural, pessoa física ou jurídica, a atividade econômica organizada é o intercâmbio de bens e serviços e o estabelecimento é o local onde se desenvolve essa atividade, que é a propriedade rural. Neste sentido, Fiuza (2003) define no Novo Código Civil (NCC), que entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003, o termo empresário como “aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços”. Essa iniciativa de produção de riqueza, realizada de forma

profissional reconheceu o trabalho do produtor rural potencialmente como o de criação de bens e serviços.

Desenvolver habilidades e capacitar-se em atitudes empresariais são fatores imprescindíveis que o produtor necessita para que a propriedade agrícola possa ser gerenciada como empresa. Deve-se levar em consideração uma série de dados e informações que ultrapassam as necessidades técnicas de sua produção agrícola, ampliando seus horizontes de conhecimento e de atuação além dos simples limites de sua propriedade (SANTOS, 2006).

Essa nova visão da potencialidade rural e valorização do produtor rural vêm colaborar no procedimento da necessidade de administrar uma propriedade rural, colocando em suas mãos melhor maneira de que ele e sua família venham adquirir cada dia mais crescimento e auto-sustentação para exercer as atividades agrícolas.

3.2 A Administração da Propriedade Rural

A Administração é uma ciência. E também uma arte. Ciência porque possui um referencial teórico próprio, possível de ser tratado pelo método científico. E arte porque inclui, na resolução dos problemas que surgem na condução das organizações, habilidade, sensibilidade e intuição (SOUZA *et al.* 1995). A Administração tem uma definição ampla, sendo constituída pela interdependência e pela interação de quatro funções distintas que compõe o processo administrativo: *Planejamento; Organização; Direção e, Controle* (Figura 01).

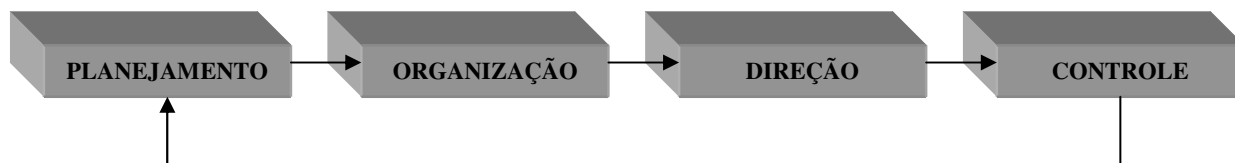


Figura 01: Fluxograma do Processo Administrativo
Fonte: Elaborado pela autora

3.2.1 Função Planejamento

O planejamento é um elemento extremamente importante, pois o custo de um erro resultante de uma tomada de decisão incorreta pode ser alto demais e causar sérios problemas ou até mesmo a frustração do produtor rural. O planejamento força os gestores a sentar-se e refletir sobre os problemas e alternativas até chegarem a uma solução.

Planejar é a ação de determinar a finalidade e os objetivos de uma organização, prever as atividades, os recursos e os meios que permitirão atingi-los ao longo de um período ou determinado tempo, ou seja, planejar o presente, baseado no passado, prevendo o futuro. Dentre todas as vantagens do planejamento, o fato de visar à racionalidade da tomada de decisão, ao estabelecer esquemas para o futuro, funciona como um meio de orientar o processo decisório, configurando uma das mais importantes fazes dentro da propriedade agrícola.

Magalhães (1992) conceitua o planejamento com sendo um meio científico à racionalização e expansão, coerente com a produção de bens e serviços; por isso diz respeito à tomada de decisões e interessa para que as tomadas de decisões sejam da maneira mais racional possível, pois estabelece metas, está voltado para o futuro e busca coordenar e integrar ações no sentido do atingimento do objetivo prefixado.

3.2.2 Função Organização

Esta função significa preparar o funcionamento, criando um organismo com todos os elementos necessários à vida e ao desenvolvimento da empresa, tornando compreensível o ambiente interno, de forma a remover os obstáculos ao desempenho, causados por confusão e

incerteza nas atribuições, além de fornecer uma rede de comunicações de tomada de decisões que espelhe e apóie os objetivos a serem alcançados.

3.2.1 Função Direção

A função direção se relaciona diretamente com a maneira pela qual o objetivo ou os objetivos devem ser alcançados através da atividade das pessoas que compõem a empresa. Assim, a direção é a função administrativa que se refere às relações interpessoais dos administradores em todos os níveis da organização e de seus respectivos subordinados.

3.2.1 Função Controle

A finalidade do controle é assegurar que os resultados daquilo que foi planejado, organizado e dirigido se ajustem tanto quanto possível aos objetivos previamente estabelecidos. Controlar é medir padrões, comparar metas, avaliar resultados e fiscalizar eventos.

Essas funções devem ser entendidas como um ciclo contínuo que se repete dentro da empresa, tendo início com o planejamento e terminando com o controle ou avaliação, o qual, por sua vez, subsidia uma nova etapa do planejamento. A necessidade de transformar a propriedade rural em empresa rural se fez mais acentuada pelas profundas mudanças ocorridas no cenário econômico da atividade rural. A queda dos subsídios, a escassez de créditos, a exigência de qualidade de produto pelo mercado, os preços baixos recebidos, os custos de produção elevados, o aumento da concorrência, entre outras, são razões que evidenciam a necessidade de adoção de novas técnicas. Assim sendo, as mudanças no ambiente macroeconômico em que se encontra o setor rural vêm sendo apontadas por vários estudiosos como justificativa para a necessidade de se dar maior atenção à área de Administração Rural (Canziani, 2001).

A administração rural - que é um dos ramos da administração - também possui as quatro funções básicas, definidas para a produção agropecuária. O planejamento da produção é a função administrativa que tem por objetivo fazer os planos que orientarão a produção e servirão de guia para o seu controle. Um dos fatores mais importantes do planejamento, é que o mesmo força a administração a pensar no futuro de seus negócios, antecipando os problemas antes que eles aconteçam. A organização nada mais é do que o agrupamento lógico das atividades da empresa. É função da administração que se preocupa em agrupar e estruturar todos os recursos da empresa sejam eles humanos ou físicos. A organização da produção deve ser definida em função da tecnologia a ser utilizada, dos objetivos da empresa e das pessoas envolvidas. A função direção é a que se preocupa com a execução daquilo que foi planejado e organizado. O Controle é uma função administrativa que consiste em medir e corrigir o desempenho das atividades para assegurar que os objetivos da empresa e os planos delineados para alcançá-los sejam realizados (SOUZA, *et al.* 1995).

Outros autores como Silva (2001), também apontam a administração rural, como sendo aquela que adota as funções administrativas (planejamento, organização, direção e controle) com o objetivo básico de gerenciar os fatores de produção (terra, capital, trabalho e recursos empresariais), buscando como resultado final a produção de produtos de qualidade e geração de lucros suficientes para que o negócio se perpetue ao longo do tempo.

Para muitos produtores a idéia de que houve lucro acontece quando todas as despesas foram pagas e se sobrou algum dinheiro para viver e reinvestir na próxima cultura. Na maioria das vezes, inexistem registros contábeis, ou existem em forma rudimentar, onde o produtor desconhece o verdadeiro custo global de produção da cultura, bem como o lucro líquido obtido.

Enxergar e conduzir a propriedade rural como empresa é entender que o negócio vai além das fronteiras (cercas) que delimitam uma propriedade e seu sistema de produção adotado; o negócio está dentro e fora da propriedade. Além disso, a Administração Rural não é apenas da produção em si, mas de todas as atividades, que se desenvolve antes, durante e depois da produção (SANTOS, 2006).

No meio rural todas as formas de produção - como a propriedade familiar, a empresa familiar ou a empresa capitalista - estão sujeitas a vários fatores que têm grande influência no resultado que esta gestão alcançará. De acordo com Carrieri & Aguiar (1993), ao organizar seus sistemas de produção os produtores estão manejando processos e ciclos biológicos que diferentemente dos procedimentos de fabricação mecânica, não podem ser controladas totalmente.

Neste sentido, Hoffmann *et al.* (1987) definem algumas características que são próprias da agricultura:

- A Terra como fator de produção, para a indústria é quase exclusivamente um lugar para construções. Para a agricultura é o meio em que se desenvolve um processo biológico de crescimento e por isso está interessada nas qualidades da terra associadas a esse processo.
- O Clima e as estações do ano, que não têm papel vital para a indústria, condicionam todas as atividades agropecuárias. Juntamente com o solo e a localização em relação aos mercados, o clima determina as explorações dentre as quais o produtor deve escolher seu tipo de agricultura.

- Produção associada. Em agricultura praticamente não há um produto que possa ser produzido sozinho.
- A produção agrícola é obtida em um número grande de pequenas unidades.
- Especial importância no sistema de posse de terra. A manutenção da fertilidade da terra implica normalmente em sacrificar parte dos lucros atuais em benefício dos lucros futuros.
- Oferta estacional para uma demanda permanente. Além de influir nos preços, este fenômeno leva à existência de intermediários que estejam dispostos a conservar os produtos para entregá-los ao consumidor à medida de suas necessidades.
- Produtos perecíveis. Muitos produtos agrícolas são de difícil conservação e exigem movimento rápido entre o momento de sua colheita e de seu consumo.
- Riscos. A agricultura está exposta a grandes perdas imprevisíveis por efeito de calamidades meteorológicas (secas, inundações, granizos, etc), como também biológicas (pragas e doenças). A repercussão que estes fenômenos têm nas atividades agrícolas, principalmente para os pequenos e médios produtores, faz com que se considere que o seguro agrícola pode chegar a ser tão importante quanto o crédito agrícola.

Diante de todas estas características da agricultura torna-se indispensável o uso da Administração Rural para o melhor desempenho das atividades do setor agrícola. Para Crepaldi (1998), a Administração Rural é o conjunto de atividades que facilita aos produtores rurais a tomada de decisões de sua unidade de produção, a empresa agrícola, com o fim de obter o melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra. Silva (1972), também afirma que a

Administração Rural, desempenha um dos papéis mais importantes da produção, porque é de sua alçada o processo de tomada de decisões.

3.2.1 A Administração rural e os objetivos dos produtores rurais

A administração de uma empresa rural pode ser entendida como a forma racional de se utilizar os recursos físicos, financeiros, humanos e mercadológicos da propriedade a fim de se obter resultados compensadores e contínuos, conforme os objetivos do produtor (CANZIANI, 2001). O mesmo autor aborda que sob o ponto de vista econômico, uma melhor administração das empresas rurais pode auxiliar na geração e/ou manutenção de sua competitividade, através de práticas de gestão que tenham por objetivo, em conjunto ou individualmente: a ampliação das margens de lucro; a redução dos custos unitários de produção; a redução dos riscos de produção e de mercados, entre outros.

A tarefa da administração é interpretar os objetivos e transformá-los em ações por meio do planejamento, organização, direção e controle, a fim de alcançá-los de maneira eficaz. O produtor responsável pelo processo de tomada de decisão em muitas vezes defronta-se com as incertezas decorrentes das peculiaridades da agricultura, aliado a isso, este está condicionado aos objetivos pessoais, graus de tradicionalismo e aprendizado, às condições de infra-estrutura da propriedade e expectativa de lucro (MAGALHÃES, 1992).

Para Júnior (2000), ao tomar uma decisão, o produtor tem que levar em conta as circunstâncias socioeconômicas e as circunstâncias naturais. As circunstâncias socioeconômicas são internas (como seus próprios objetivos) ou externas (como o mercado, serviços e a política agrícola atual). Entre as circunstâncias naturais estão o clima, solo e aspectos biológicos da propriedade.

Os objetivos dos produtores rurais podem estar ligados a uma ou mais das seguintes situações: sobrevivência, risco mínimo, crescimento, lucro e prestígio, podendo ser a combinação de duas ou mais delas. Se o produtor está mais preocupado em sobreviver, desenvolverá toda uma estratégia de trabalho baseada na redução de desembolso e riscos, dando menos ênfase à produtividade (JÚNIOR, 2000).

A compreensão parcial dos horizontes dos produtores rurais levou a insistentes falhas na assistência técnica prestada por mais de meio século aos produtores do país, assim como na aplicação de planos de desenvolvimento padronizado (SEBILLOTE, 1988). Isto reflete no fato de que é necessário um amplo entendimento dos objetivos dos produtores, uma vez que, a qualidade de vida dos produtores rurais nem sempre está relacionada somente com a maximização do lucro, baseada no crescimento agrícola, mas sim, no equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, humano e social. Assim, a Administração Rural não pode deixar de visar à melhoria do bem estar e da renda líquida familiar, o aumento no valor do patrimônio e a manutenção de sua reprodução social, política, econômica e biológica, além de uma imagem satisfatória do produtor perante a sociedade (CELLA, 2002).

Carrieri (1992) considera que a prática cotidiana do produtor o leva a tomar decisões baseadas tanto em seu bom senso e conhecimento empírico, quanto na visão global de seu meio. E isso o faz considerar todo um complexo de conseqüências, de acordo com os objetivos que pretende atingir. Significa que existe uma articulação lógica entre condições, meios e fins na estratégia por ele adotada.

3.3 O Cooperativismo Agropecuário

O cooperativismo possui diversos ramos de atuação (agropecuário, consumo, crédito urbano e rural, educacional, energia e telecomunicações, habitacional, saúde, trabalho, produção, mineração e especial/minorias). Embora haja vários ramos, o cooperativismo é regido por princípios que interpretam as idéias gerais e seus valores, estes são universalmente consagrados e reconhecidos pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI, órgão da cúpula do cooperativismo mundial.

Os princípios cooperativistas são sete desde a sua formulação inicial. Simbolicamente os princípios são comparados com as cores do arco-íris de cuja união resulta a luz branca. Por essa razão, o arco-íris foi escolhido como um dos símbolos do cooperativismo; as cores simbolizando os princípios cooperativistas e a luz branca, configurando a união e a cooperação (IRION, 1997 apud SILVA, 2001).

Em 1995 no Congresso da ACI em Manchester houve reformulação nos princípios cooperativistas, conforme descreve Silva (2001):

Primeiro princípio – adesão livre e voluntária: cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero.

Segundo princípio – Controle democrático pelos sócios: as cooperativas são organizações democraticamente controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres eleitos como representantes são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares os sócios têm

igualdade de votação (um sócio, um voto); as cooperativas de outros graus também são organizadas de maneira democrática.

Terceiro princípio – Participação econômica dos sócios: os sócios contribuem de forma eqüitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte desse capital é propriedade comum das cooperativas. Geralmente, os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição da sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, possibilitando a formação de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis, ou seja, retorno aos sócios na proporção de suas transações com a cooperativa e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

Quarto princípio – Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua, controladas por seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e que mantenham sua autonomia.

Quinto princípio – Educação, treinamento e formação: as cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar ao público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

Sexto princípio – Cooperação entre cooperativas: as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas através de estruturas locais, regionais e internacionais.

Sétimo princípio – Preocupação com a comunidade: as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros.

Independentemente do ramo, todas as cooperativas devem ser regidas pelos princípios cooperativistas. Este estudo limita-se ao cooperativismo agropecuário, visto que o universo da população pesquisada pertence ao mesmo e, também sua relevância para o Estado do Amazonas.

As cooperativas agropecuárias surgiram e se consolidaram numa economia predominantemente agrária e exportadora e, de certa forma, refletem o sistema patriarcal que marcou a organização da sociedade brasileira e discriminou o trabalho da mulher. Em dezembro de 2004, de acordo com a OCB, essas cooperativas representavam 19,6% do total de cooperativas brasileiras, registrando 1.398 cooperativas em atividade, congregavam 14,1% do total de associados, com um montante de 865.173 pessoas e eram responsáveis por 60% dos empregos gerados pelo sistema cooperativo brasileiro, com um total de 116.919 empregados (Ceretta *et al*, 2007).

As cooperativas agropecuárias se dividem conforme os tipos dos produtos com os quais trabalham. Muitas são mistas, ou seja, têm mais de uma seção: a de compras em comum (para compra de insumos, adubos, sementes, instrumentos, etc.) e a de vendas em comum (venda dos produtos dos cooperados).

O cooperativismo agropecuário já se estendeu a todo território nacional. É o mais conhecido pela sociedade brasileira participando significativamente nas exportações, o que engorda a Balança Comercial e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios. Ele presta um enorme leque de serviços - desde assistência técnica, armazenamento,

industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados. As cooperativas agropecuárias formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro.

No Amazonas, existem 34 cooperativas agropecuárias, Quadro 02, registradas junto ao Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Amazonas (OCB/AM), destas, pode-se dizer que 24 (vinte e quatro) encontram-se ativas no mercado, ou seja, 70 % (setenta por cento) das cooperativas agropecuárias (Júnior, 2007).

Item	Ramo de Cooperativa	Nº de Cooperativas	Nº de Cooperados	Nº de Funcionários
1	Produção	7	191	46
2	Educacional	2	420	02
3	Trabalho	46	2.793	22
4	Consumo	3	2.500	67
5	Transporte	18	758	61
6	Agropecuário	34	1.966	178
7	Crédito	4	2.108	33
8	Saúde	19	3.353	1.140
9	Habitacional	2	0	0
10	TOTAL	136	14.089	1.555

Quadro 02: Ramo e número de cooperativas, número de cooperados e funcionários das cooperativas do Estado do Amazonas.

Fonte: OCB/Am – 2006.

De acordo com os dados da OCB/Am, quadro acima, as cooperativas agropecuárias detêm o segundo lugar dentre os seguimentos no Estado do Amazonas, mesmo quando considerado somente as que estão ativas. Como a agricultura no Estado é caracterizada basicamente como familiar, a organização destes produtores em forma de cooperativa estabelece uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico dos produtores rurais, além disso, a oferta de assistência técnica relacionada à administração da propriedade rural, também poderá contribuir com a profissionalização destes produtores.

Sabe-se que um dos principais fatores que levam ao insucesso da propriedade rural é a falta de controle administrativo. O cooperativismo rural não se isenta deste fato, pois, sua formação geralmente é dada por pequenos produtores em busca de melhorias. Tendo em vista que o cooperativismo constitui uma alternativa viável para o pequeno produtor, muitas vezes torna-se inviável devido falta de capacidade administrativa de seus condutores. Oliveira (2006) aponta que a constituição jurídica das cooperativas, não pode ser considerada, por si só, uma vantagem competitiva para as cooperativas perante as outras empresas, se estas não consolidarem modelos de gestão eficientes e eficazes. No entanto, não cabe a este estudo avaliar a eficiência administrativa da COOAPIR, mas sim avaliar o perfil administrativo dos produtores que a compõe, pois se pressupõe que uma boa administração da propriedade rural pode proporcionar maior eficiência na gestão da cooperativa, uma vez que esta é administrada pelos próprios produtores.

3.4 Administração Rural, Cooperativismo e a Agricultura Familiar

As cooperativas são arranjos institucionais amplamente difundidos por diferentes setores da economia, cuja característica comum é compartilhar os princípios fundamentais do cooperativismo (ZYLBERSZTAJN, 2005).

As constantes mudanças no cenário mundial e o alto índice de competitividade no mercado demonstram que o produtor rural, principalmente o familiar deve encontrar meios de sobreviver, garantindo dentre outras funções, a comercialização de seus produtos, a redução dos custos e a industrializando da produção, objetivando manter a viabilidade da propriedade e garantir uma boa renda. Não há dúvidas que a melhor maneira de gerar esses resultados está na formação de estruturas organizacionais como, por exemplo, as cooperativas.

Pela própria dificuldade de enfrentar o crescente nível de competitividade entre empresas, as pessoas procuram agrupar-se, assim suas atividades podem ser desenvolvidas e operacionalizadas, na busca de resultados comuns e compartilhados (Oliveira, 2006).

A administração é, principalmente, baseada nos indivíduos, pois estes representam o principal foco de conhecimento, bem como de informação, decisão, ação e avaliação de todas as atividades da cooperativa (Oliveira, 2006).

De acordo com Pinho (2001), uma cooperativa é uma organização de pessoas organizadas com a intenção de auto-ajuda. É uma organização social com propósitos econômicos e sociais. A cooperativa prevê um vínculo mediante o qual os associados se ajudam mutuamente, com eficiência, oferecendo bens e serviços de qualidade. Os membros individuais têm a oportunidade de conhecer, na prática, as virtudes da ação conjunta, bem como de compreender e aceitar as responsabilidades de uma sociedade democrática.

Atualmente, o cooperativismo está presente em quase todos os países do mundo, e cerca de 40% da população mundial está de alguma forma, ligada a esse movimento. Embora no Brasil esse número não passe de 10%, sua importância econômico-social é notória, tendo em vista sua contribuição na arrecadação tributária, sua significativa participação na geração de divisas na balança de exportações, além de sua contribuição para diminuir a concentração de renda, fixação do homem no campo e melhorias na qualidade de vida da população cooperativada, (AGROANALYSIS, 2001 apud BRAGA & REIS, 2005).

Segundo Lauschner (1994) “A união de produtores familiares em cooperativas permite gerar economia de escala em nível local e global e condições de concorrência com os setores oligopolizados”. O cooperativismo e o associativismo são instrumentos de fundamental

importância para a inclusão da agricultura familiar no mercado, pois beneficia os pequenos produtores à obtenção econômica em escala propícia ao mercado competitivo através da comercialização da produção, do aumento do poder de barganha dos produtores, na compra de insumos e, principalmente, para que pleiteiem incentivos públicos. Braga & Reis (2005) abordam que, além da importância econômica, é relevante frisar a importância social atribuída a essas organizações, que são, em certos municípios e regiões, a única forma de organizar e comercializar a produção dos produtores.

Para Rangel (2004), a idéia que os pequenos produtores organizados fazem do seu futuro é a de que dependem de um projeto de desenvolvimento social que os afirme como sujeitos sociais e econômicos, o que torna a conquista do crédito agrícola o componente inicial de uma política de investimentos que deve melhorar a infra-estrutura, a comercialização e às vezes, até a industrialização de seus produtos.

Na raiz da organização cooperativa está o fato de que o trabalhador é também proprietário dos recursos produtivos. Isto o induz a estruturar sua atividade produtiva como um capitalista e, ao mesmo tempo, participar de uma sociedade gerida pelos princípios da cooperação, qualificada como cooperação benígna (ZYLBERSZTAJN, 2005).

De acordo com Rangel (2004), o cooperativismo é de fundamental importância para a sobrevivência da agricultura familiar, pois assim os produtores criam mecanismos para competir com as grandes empresas, já que os produtores se organizam para comprar e/ou vender em comum, assegurando assim melhor distribuição dos lucros. É através da cooperativa que os produtores conseguem, também, reduzir os custos de transporte rumo ao Mercado.

Do ponto de vista dos produtores familiares, uma organização associativa deve contribuir para melhorar os processos produtivos, facilitar a comercialização do excedente de sua produção, ao mesmo tempo em que deve resgatar os melhores valores da sua cultura. Ou seja, eles se associam em grupos, cooperativas ou associações de caráter comunitário para fazer frente não apenas às dificuldades crescentes da produção e da comercialização, mas também àquelas que envolvem os processos sociais da vida no meio rural (ALVES, 2006).

4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

4.1 Considerações iniciais

O município de Iranduba foi criado em 09/04/1963 sob a Lei nº 07 do mesmo ano. Está situado na 7ª sub-região – Rio Negro/Solimões, micro região nº 010 (Região do Médio Amazonas), de acordo com o ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição do Estado do Amazonas, de outubro de 1989 (SEBRAE, 2000).

As características do setor econômico deste município são: agricultura (produção de hortaliças e fruticultura) e avicultura. Nesta região está localizada a COOAPIR, cooperativa agropecuária que foi constituída no dia 30 de março de 2002, com área de atuação abrangendo os municípios de Iranduba e Manacapuru. É composta atualmente por 56 cooperados inscritos, destes, somente 37 estão ativos nas atividades da cooperativa, outros 2 são empresas e 1 associação de produtores rurais.

As principais atividades econômicas dos cooperados da COOAPIR são: produção de frutas, verduras e ovos.

A COOAPIR possui uma infra-estrutura dotada de silos para armazenagem de grãos, fábrica de ração, caminhões, centro de recepção de frutas, verduras e ovos, e uma sede muito bem equipada, o que contribuiu tanto para o desenvolvimento das atividades agrícolas dos produtores rurais quanto para o desenvolvimento regional, pois uma das principais vantagens também é a geração de empregos e renda no meio rural.

4.2 Tipo de pesquisa

A pesquisa é uma indagação minuciosa ou exame crítico e exaustivo na procura de fatos; uma diligente busca para averiguar algo. Pesquisar não é apenas procurar a verdade; é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos (Webster's International Dictionary apud Marconi e Lakatos, 2002).

Para Barros e Lehfeld (1986) a pesquisa se constitui num ato dinâmico de questionamento, indagação e aprofundamento consciente, na tentativa de desvelamento de determinados objetos.

São vários os tipos de pesquisas, segundo Selltiz et al. (1975), a maioria das pesquisas de cunho social são pesquisas descritivas voltadas para a descrição de características de comunidade. Para estes autores este tipo de pesquisa é recomendado quando se tem como objetivo apresentar precisamente as características de uma situação, um grupo ou um indivíduo específico e para verificar a frequência com que algo ocorre ou com que está ligado a alguma coisa.

Do mesmo modo, Gil (1999) aponta que as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Para tanto, a pesquisa descritiva compreende dois subtipos: a pesquisa documental e/ou bibliográfica e a pesquisa de campo (Barros e Lehfeld, 1986).

A presente pesquisa classificou-se como descritiva onde, a natureza das variáveis que foram levantadas foi do tipo quantitativa e qualitativa.

4.3 Método de Pesquisa e Coleta de Dados

O método de pesquisa adotado foi o estudo de caso. Para Gil (1999) o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. O estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir as pesquisas com diferentes propósitos, tais como:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e
- c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamento e experimentos.

Para Yin (2005) um estudo de caso é uma investigação empírica que: *investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos*. O estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos.

A escolha dos produtores partiu dos seguintes critérios:

1. Ser associado à COOAPIR;

2. Está ativo nas atividades da COOAPIR.

O segundo critério foi classificado a partir de uma visita preliminar à cooperativa onde constatou-se que nem todos os produtores associados participam ativamente, principalmente, com entrega de produtos.

O estudo contemplou uma amostragem não probabilística por conveniência. Alencar (2003) afirma que, trata-se de um método em que os indivíduos são escolhidos simplesmente por serem mais acessíveis ou, então, por serem mais fáceis de serem entrevistados. Sendo sua tipicidade que interessa por serem associados à COOAPIR.

A população amostrada foi constituída por 25 produtores rurais para o Diagnóstico do Perfil Administrativo correspondendo 66% dos cooperados ativos na COOAPIR. Para o Diagnóstico do Perfil Socioeconômico, foram excluídos 2 casos. Foram aplicados formulários estruturados e semi-estruturados em entrevistas pessoais nas propriedades rurais nos meses de outubro e novembro de 2007.

Para Gil (1999) a intensa utilização da entrevista na pesquisa social deve-se a uma série de razões, entre as quais cabe considerar:

- a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano;
- c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira consistiu na caracterização do perfil socioeconômico dos produtores associados à COOAPIR e a segunda na caracterização e tipificação do perfil administrativo dos produtores.

4.4 Procedimentos para caracterização do perfil socioeconômico dos produtores rurais

Para caracterizar o perfil socioeconômico foi feito o diagnóstico das propriedades através da aplicação de formulários semi-estruturados (anexo I) em entrevistas pessoais junto aos produtores rurais amostrados. Além disso, buscou-se também verificar o nível de satisfação dos produtores associados em relação à COOAPIR.

Foram selecionadas variáveis que indicaram os aspectos sociais e econômicos dos produtores, além de duas relacionadas à satisfação dos produtores com relação à COOAPIR. Ainda nesta etapa foram isolados dois casos, devido a estes influenciarem na análise, pois seus resultados foram distantes em relação ao restante da amostra. A análise estatística foi executada através do software Statistics Package for the Social Science (SPSS for Windows, versão 15.0).

O método utilizado para análise foi a Estatística Descritiva, que tem como objetivo descrever os dados coletados a partir das frequências e porcentagens das respostas obtidas.

4.5 Procedimentos para caracterização e tipificação do perfil administrativo dos produtores rurais

Para caracterizar o perfil dos produtores rurais quanto ao uso de técnicas administrativas foi utilizada a metodologia, com adaptação, de Abrantes (1998), onde foram aplicados formulários estruturados em entrevistas pessoais (anexo II).

Após esta etapa foram aplicados formulários semi-estruturados (anexo III), em entrevistas pessoais nas propriedades (gravadas e transcritas,) com o aval dos produtores, a partir de uma amostra intencional de 10 produtores, pertencentes aos dois grupos, objetivando um maior volume de dados qualitativos que corroborassem e melhor explicassem resultados obtidos com a aplicação da técnica de análise discriminante sobre os dados quantitativos.

A importância dada ao homem na pesquisa qualitativa, se dá pelo entendimento deste como um agente social que influencia e é influenciado pela estrutura social, dotado de percepções peculiares da realidade que permitem uma interpretação própria de sua realidade (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005).

Buscou-se também por meio da aplicação destes formulários, o aprofundamento na averiguação das causas do *uso e não uso* das técnicas administrativas a partir da própria opinião dos produtores rurais.

4.5.1 Descrição das variáveis

Selecionou-se um conjunto de 21 (vinte e uma) variáveis discriminadas nos três grupos a seguir:

A. Grupo de variáveis relacionadas à propriedade:

1. ATIVIDADE - indica a atividade principal da propriedade;
3. TAMANHO - indica a área total da propriedade em hectares.

B. Grupo de variáveis relacionadas com o proprietário:

3. IDADE – indica a idade do produtor rural;
4. ESCOLARI - indica o nível de instrução do produtor em faixa de escolaridade;
5. TEXPERIE - indica do tempo de experiência do produtor na atividade rural, em unidade de anos;
6. TASSOCIA - indica o tempo que o produtor é associado à Cooperativa em unidade de tempo-ano;
7. CBANC - mostrará a existência de conta bancária individualizada para os negócios da propriedade (variável binária - sim ou não);
8. DESPARTI - indica a existência de separação das despesas particulares do proprietário das despesas do próprio negócio (variável binária - sim ou não);
9. CURSOS - indica o interesse do produtor em participar de cursos na área administrativa;
10. ASSISTEC – indica se o produtor rural recebe algum tipo de assistência técnica de assuntos relacionados à Administração Rural;

C. Grupo de variáveis relacionadas com as informações administrativas:

11. BANCODAD - indica a existência de anotações ou registros para formar um banco de dados;

12. RESPANOT - indica a pessoa responsável pela anotação dos fatos administrativos na propriedade;
13. INSTRUM - indica o uso de instrumentos para o sistema de organização contábil-administrativa (microcomputador, escritórios de contabilidade, etc);
14. ICATIVID – indica a disponibilização de informações para o controle das atividades;
15. PLANEJAT – indica se o produtor faz o planejamento das atividades relacionadas com negócio.
16. CONSULT - indica o uso, por parte do produtor, de algum tipo de consultoria externa;
17. FATURAM - indica o faturamento bruto anual da propriedade (variável escalonada);
18. INVESTPRO - indica se o produtor realizou investimentos na sua propriedade nos últimos anos - (variável binária - sim ou não);
19. SISTFINA - indica o conhecimento por parte do produtor sobre algum sistema de financiamento de recursos para o setor;
20. BUSINFOR – indica a fonte que o produtor recebe a maior parte das informações;
21. TOMDECI - indica o uso de informações administrativas para controle das atividades e tomada de decisões (variável binária - sim ou não).

4.5.2 Operacionalização e análise das variáveis

Com a obtenção dos dados através dos questionários aplicados, dividiram-se os produtores em dois grupos a partir da variável TOMDECI. O primeiro grupo representou os produtores que não utilizam técnicas administrativas para o controle de suas atividades e o segundo grupo representou aqueles que utilizam.

Após esta definição foi aplicada a técnica da análise discriminante para verificar a correta classificação dos produtores, considerando todo o conjunto das 21 variáveis. Esta técnica foi usada também para a determinação da função discriminante, além da identificação das variáveis discriminatórias, ou seja, das variáveis que diferiram produtores nos dois grupos.

Determinada a correta classificação dos produtores, foi realizada a caracterização dos grupos de produtores em relação à utilização de técnicas administrativas para o controle de suas atividades, enfatizando a análise nas variáveis que determinaram à formação dos grupos e aquelas que não determinaram, mas são consideradas importantes no processo de tomada de decisão. Também foram analisadas as informações obtidas com a pesquisa qualitativa realizada com 10 produtores, escolhidos intencionalmente.

A análise estatística foi executada através do software Statistics Package for the Social Science (SPSS for Windows, versão 15.0).

4.5.3 Análise discriminante

Entre as técnicas eficientes de classificação de dados multivariados, estão a Análise discriminante e a Análise de Agrupamento, as quais relacionam-se com a separação de indivíduos distintos e alocação desses grupos pré-definidos (Johnson & Wichern, 1988). A Análise

Discriminante é uma técnica de análise multivariada frequentemente utilizada com o objetivo de diferenciar populações e ou classificar objetos em populações pré-definidas (BARROSO, 2003).

O principal objetivo da análise múltipla discriminante é verificar as diferenças existentes entre grupos definidos *a priori* a partir de uma série de variáveis independentes, selecionadas, a partir de um modelo teórico. Assim, trata-se de uma técnica estatística apropriada para identificar as variáveis que melhor separam uma população em diferentes grupos. O problema consiste em estabelecer a forma de discriminá-los, segundo as populações, uma vez que não é possível caracterizá-los diretamente, sem que se faça uso de tais variáveis (Oliveira,1995).

Fernandes (1988) apud Abrantes (1998), aborda que o método de análise discriminante permite distinguir, de forma estatisticamente confiável, prováveis diferenciações que possam existir entre grupos homogêneos entre si e heterogêneos dentro de um contexto. Além disso, permite testar a significância de uma classificação prévia e determinar quais variáveis têm o poder de discriminar as unidades amostrais examinadas.

Man Yu e Sereia (1993) apud Abrantes (1998), afirmam que nos estudos sócio-econômicos na agricultura, as funções discriminantes podem ser empregadas nos processos de tipificação de produtores, para definir grupos de estabelecimentos agrícolas em classes simples, distintas e claramente reconhecíveis, bem como para caracterizar cada uma das classes, a fim de examinar e interpretar sua lógica como sistema de produção.

De acordo com Hair et al. (2005) a aplicação da análise discriminante é dividida em cinco fases de forma a permitir uma melhor compreensão: 1ª) definição do problema; 2ª) seleção de variáveis dependentes e independentes, assim como o tamanho da amostra. É importante manter a proporção de pelo menos 20 observações para cada variável dado os graus de liberdade da

função; verificação de violação de hipóteses, como normalidade e ausência de multicolinearidade, dentre outras; 4ª) estimativa e avaliação do modelo; e 5ª) por fim, a interpretação dos dados, caso a função discriminante seja significativa.

Para a identificação da função discriminante deste estudo utilizou o método "Stepwise" ou método passo a passo, em que as variáveis independentes foram selecionadas e incluídas com base em seu poder discriminante, constando nas equações apenas um reduzido conjunto de variáveis, com a propriedade de efetuar a discriminação máxima entre os grupos propostos. Quando o método stepwise – que testa cada variável separadamente – é utilizado para interpretação do poder discriminante das variáveis independentes são avaliados os valores F, sendo que quanto maiores forem, maior será o poder discriminatório das variáveis (Abrantes, 1998).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Caracterização do Perfil Socioeconômico dos Produtores

5.1.1 Aspectos sociais

Quanto ao sexo, 91,3% são masculinos e 8,7% femininos, Gráfico 01. Esse quadro retrata a baixa participação da mulher no quadro associativo da COOAPIR. Dados divulgados pela OCB, apontam que em todo o Brasil, a participação das mulheres no quadro de associados é de 25,0%. Quando o assunto é dirigir as cooperativas, somente 12,0% das mulheres participam deste quadro, sendo que na região norte este percentual cai para 6,0%. A faixa etária dos produtores varia entre 41 e 50 anos (43,5%) e 51 anos e mais (52,2%), Gráfico 02. Observa-se que o percentual de produtores com idade de 31 a 40 anos é relativamente baixa, o que evidencia ainda a baixa participação dos jovens no sistema cooperativista da região.

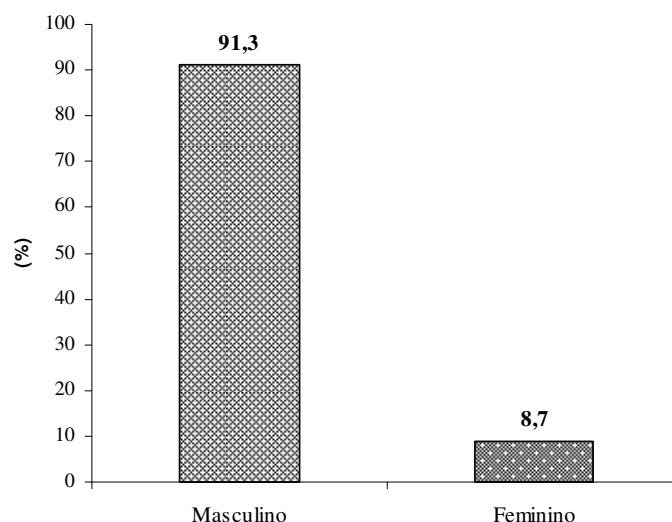


Gráfico 01. Percentual de produtores, segundo sexo

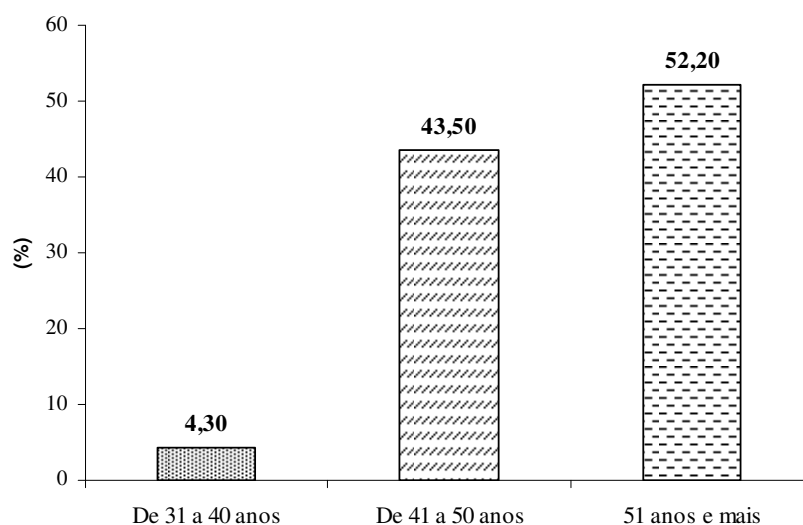


Gráfico 02. Percentual de produtores, segundo faixa etária

Pelo Gráfico 03, verifica-se que os produtores possuem grau de escolaridade bem diversificado, porém os percentuais maiores são: ensino fundamental incompleto, 39,10% e ensino médio completo, 26,10%. Observa-se também que alguns produtores possuem ensino superior completo 17,40%. O grau de escolaridade é considerado por Júnior (2007) como um fator bastante relevante para influenciar a percepção da melhoria da qualidade de vida pelo cooperado. É esperado que o cooperado com maior nível de educação possa ser capaz de participar mais ativamente das atividades, aumentar seu comprometimento e reivindicar melhores direitos na cooperativa.

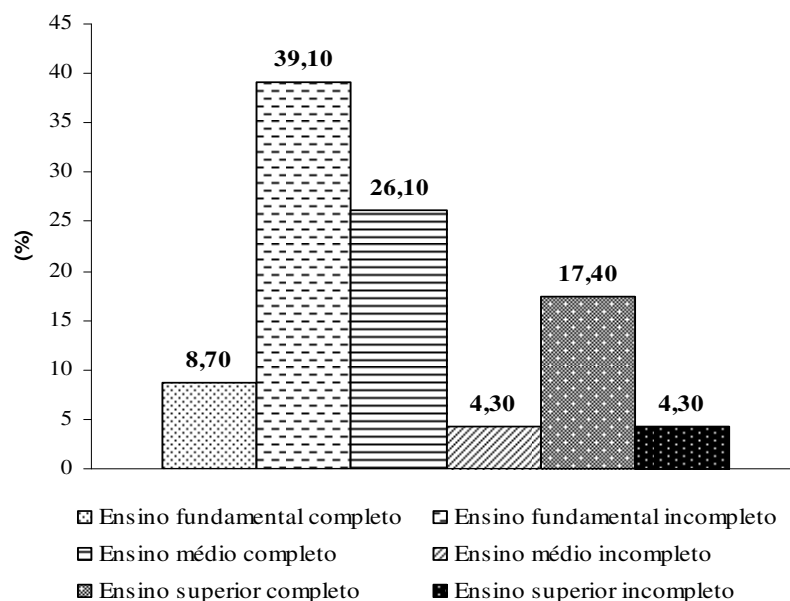


Gráfico 03: Percentual de produtores, segundo grau de escolaridade

Observa-se no Gráfico 04 que os produtores em sua grande maioria possuem até 100 ha de área para o desenvolvimento de suas atividades, sejam elas agrícolas ou criações de animais. No Brasil de acordo com Guanziroli e Cardim, 2000, no Censo Agropecuário IBGE-95/96, a área média dos estabelecimentos familiares foi de 26 ha, na região norte essa média passa para 57 ha, entre os produtores da COOAPIR a média é 63 ha. Esses dados configuram que os estabelecimentos dos produtores pesquisados possuem média acima da encontrada tanto no Brasil, como na região norte. Um fator que pode responder a essa média elevada seria o fato destes se localizarem em terra firme, uma vez que estudos realizados com produtores de área de várzea, no Estado do Amazonas, identificam números bem menores. No entanto, Guanziroli e Cardim (2000), ainda classificaram essa área média de acordo com os grupos de área total e àqueles grupos que possui de 50 a menos de 100 ha, possuem uma área média de 67,8 ha, o que demonstra que os estabelecimentos dos produtores da COOAPIR possuem área média semelhante aos valores divulgados para o Brasil.

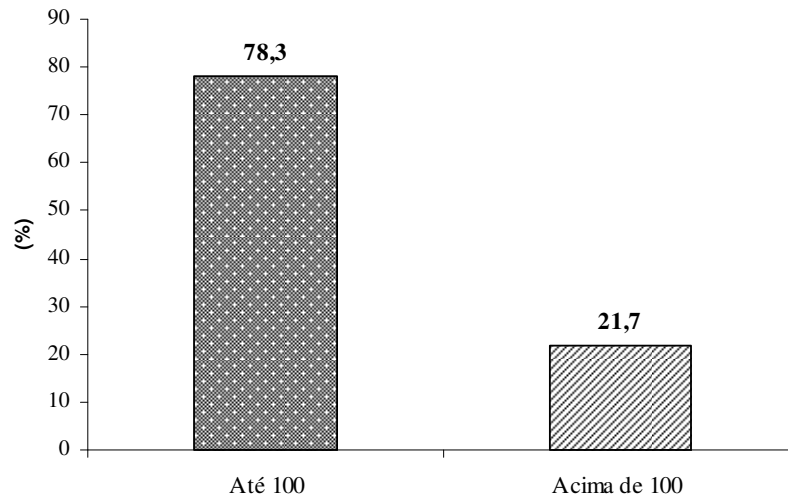


Gráfico 04. Percentual dos produtores segundo tamanho da propriedade.

O Gráfico 05 aponta que a grande maioria dos produtores mora na propriedade, 78,3%. No Gráfico 06 verificamos que o número de pessoas na família dos entrevistados é relativamente baixo 52,2% possuem de 1 a 3 pessoas, caracterizadas normalmente pelo patriarca a matriarca e a prole, o restante 47,8% possui 4 e mais pessoas na família, vale ressaltar que este número não passa de 6 pessoas.

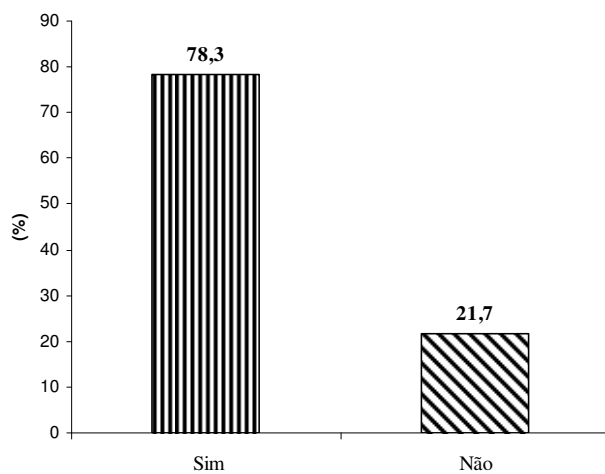


Gráfico 05. Produtores que moram na propriedade

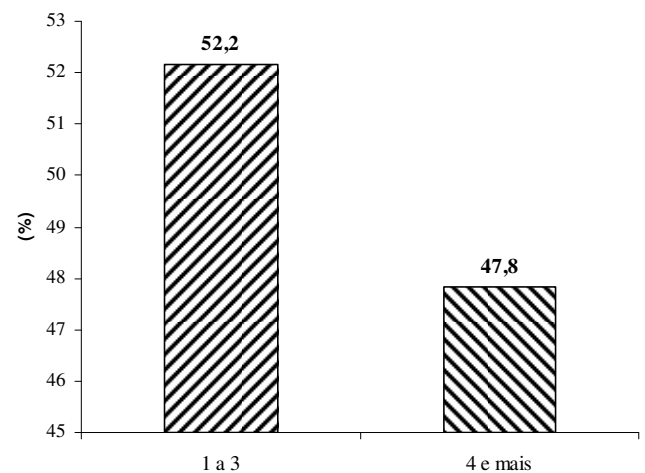


Gráfico 06. Número de pessoas na família

A situação dos produtores segundo condição de uso da terra demonstra que 95,7% dos entrevistados são proprietários e somente 4,3% são arrendatários, Gráfico 07. Este fator pode ser positivo para o desenvolvimento destes produtores, uma vez que a posse do imóvel, pode também, favorecer o processo tomada de decisões do produtor, na aquisição de insumos, na adoção de tecnologias, na comercialização da produção, enfim na busca contínua de melhorias.

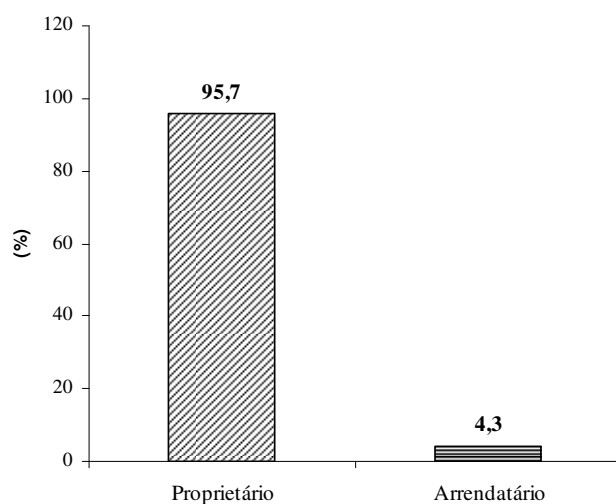


Gráfico 07. Situação dos produtores segundo condição de uso da terra

Outras variáveis importantes no diagnóstico socioeconômico são o estado civil e a religião. Dentre os produtores da COOAPIR, identificou-se que 69,6% dos entrevistados são casados, uma pequena parcela solteiros, 13,0% e o percentual restante se divide entre divorciados e viúvos, Gráfico 08. Quanto à religiosidade, 82,6% são católicos, Gráfico 09.

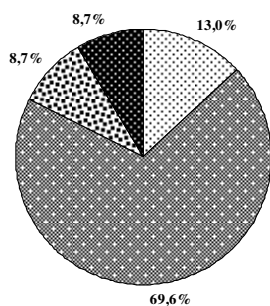


Gráfico 08. Estado civil dos produtores

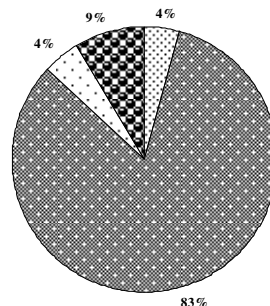


Gráfico 09. Religião dos produtores

Os Gráficos 10 e 11 representam o fluxo migratório dos produtores associados à COOAPIR, dos amostrados, 47,8% são naturais do Estado do Amazonas, sendo que 18,2% mudaram-se para outros estados e retornam posteriormente. Àqueles que vieram de outros estados, representam 52,2%, sendo o maior percentual, 25%, migrantes do Estado de Minas Gerais, os outros se originam dos Estados de Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Goiás e Rondônia. Embora a grande maioria, seja migrante de outros estados do país, 85,7% já vivem no Amazonas a mais de 10 anos, Gráfico 12.

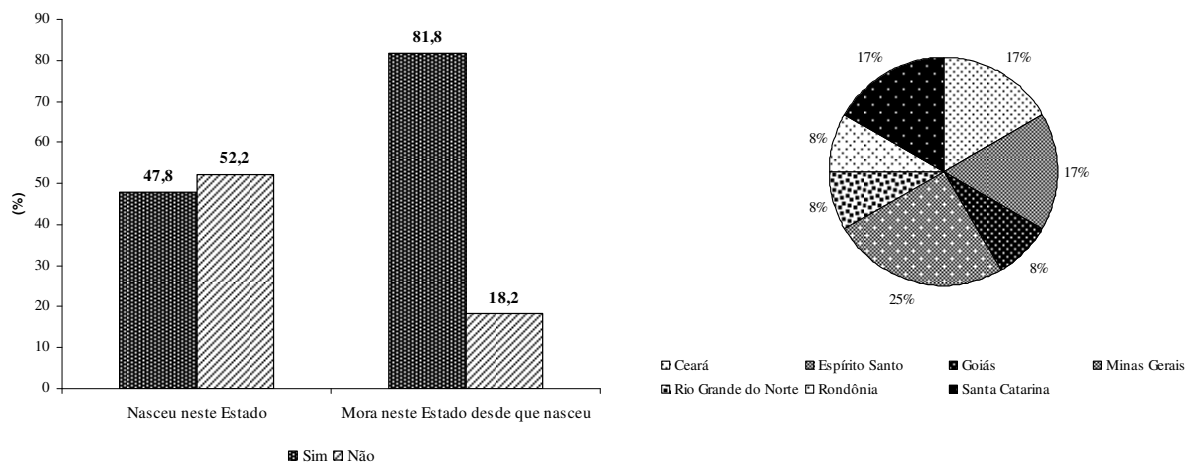


Gráfico 10 e 11. Fluxo migratório dos produtores

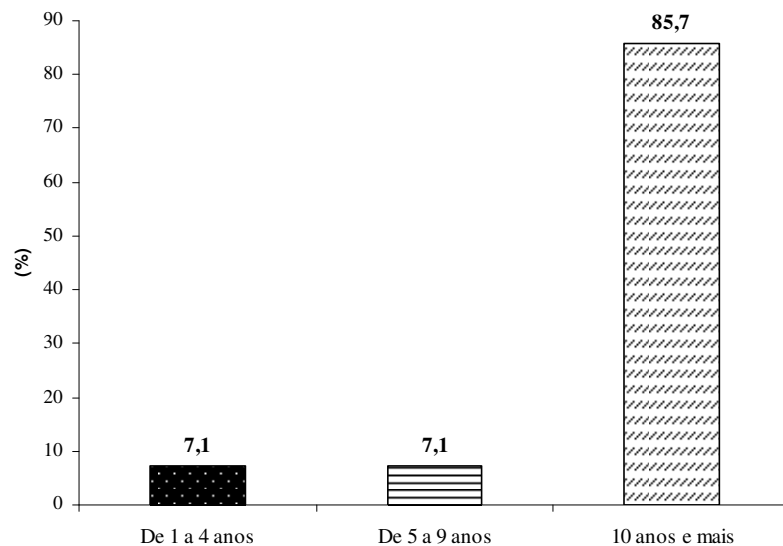


Gráfico 12. Tempo de moradia no Estado do Amazonas dos produtores

Em relação à infra-estrutura básica, podemos observar por meio do Gráfico 13 que 69,6% dos entrevistados declaram a existência de escolas próximas à propriedade, sendo que o principal meio de transporte utilizado para ir à escola é o ônibus, porém, uma minoria possui carro próprio para transportar-se à escola, Gráfico 15. Um outro fato que chama a atenção é que todos os estabelecimentos possuem energia elétrica, podendo ser explicado pela proximidade destes produtores à cidade de Manaus e à via principal que liga os municípios de Iranduba e Manacapuru (Estrada Manoel Urbano). Todos os estabelecimentos também possuem abastecimento de água que é feito, por meio de poço artesiano, Gráfico 13 Quanto à religiosidade, 73,9% dos entrevistados declararam a existência de igrejas próximas aos estabelecimentos. O lazer, como em grande parte do rural, principalmente onde há comunidades rurais, é promovido pelo jogo de futebol, e 34,8% possuem campo de futebol ou algum próximo à propriedade, Gráfico 14.

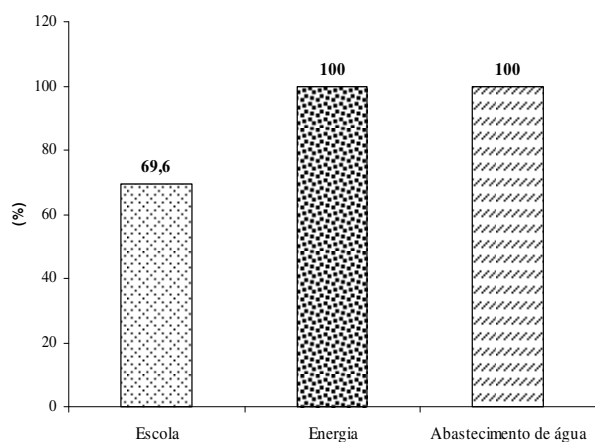


Gráfico 13. Infra-estrutura básica da localidade

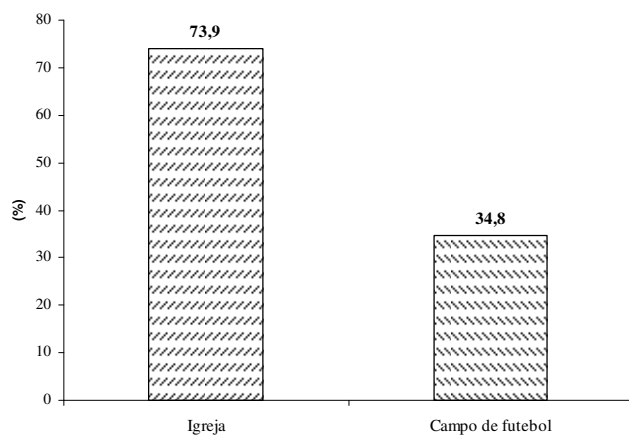


Gráfico 14. Religião e Lazer

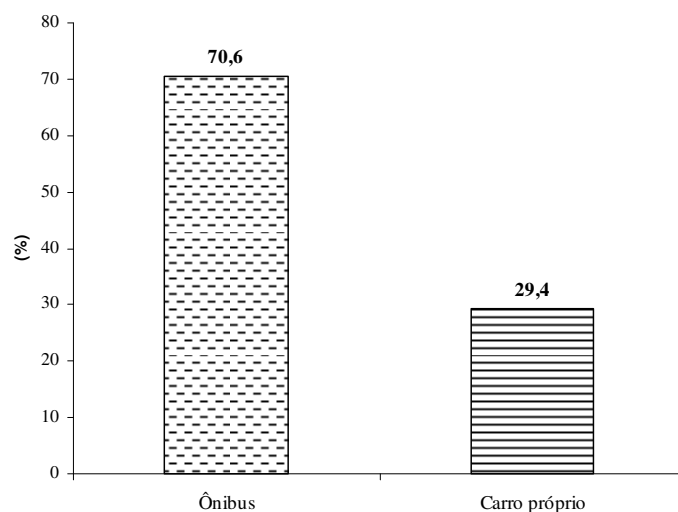


Gráfico 15. Meio de transporte utilizado para ir à escola, das famílias que moram na propriedade.

5.1.1 Aspectos econômicos

De acordo com o Gráfico 16, nota-se que os produtores da COOAPIR têm a agricultura como principal forma de exploração de suas propriedades, atividade esta, declarada como determinante da renda pela maioria dos produtores, que se divide em produção de hortaliças (por

meio de plasticultura²) e fruticultura. Outros, além das atividades agrícolas, exploram a propriedade com a criação de animais, principalmente de pequeno porte, mais especificamente a avicultura. Estas atividades caracterizam tanto a COOAPIR, quanto estes produtores, como um dos maiores pólos da região na linha de hortifrutigranjeiros.

Os produtores da região têm hoje a COOAPIR como uma forma de agregação de valor aos seus produtos, pois ao encaminhá-los, estes passam por um processo de beneficiamento antes de serem comercializados aos supermercados, além disso, a cooperativa adota políticas que visam contribuir para o desenvolvimento dos cooperados; uma delas são os produtos que não classificados nos padrões dos supermercados, são comercializados em outras fontes, como cozinhas industriais e merenda escolar. Também, a política de preços mínimos para determinados produtos, o que assegura preços estáveis numa eventual safra, onde os preços diminuem, devido ao aumento da oferta. Estas políticas, segundo Costa (2001), contribuem para que o produtor, além de produzir condignamente para sua subsistência, tenha um mínimo de condições, de perspectivas de progresso em seu trabalho. O autor conclui que a organização dos pequenos produtores rurais passa a jogar um papel fundamental na transformação agrícola na Amazônia Brasileira.

² A plasticultura é a utilização de plástico na agricultura. De acordo com Sganzerla (1997) a plasticultura cumpriu um velho sonho dos agricultores, o de dominar as adversidades climáticas, para assim produzir durante todos os meses do ano, e conseguir produtividades nunca obtidas antes, devido a sazonalidade climática.

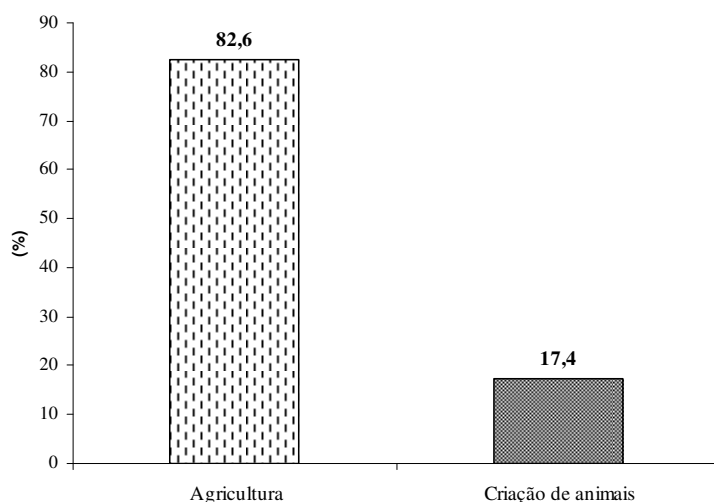


Gráfico 16. Principal atividade econômica dos produtores

Em relação às fontes de rendimento, o Gráfico 17, demonstra que 52,2% dos produtores vivem somente da atividade rural, o restante, 47,8%, possui outras fontes de rendimento com algum tipo de trabalho assalariado e, principalmente aposentadorias, 54,5%. O fato de produtores possuírem outras fontes de rendimento pode influenciar de várias maneiras na condução das atividades na propriedade, uma delas é a adoção de novas tecnologias. Dourado *et al*, (2003), aponta em seus estudos que quando analisado o fator origem da renda do produtor, os que obtêm suas rendas somente da propriedade, mostraram ser mais tecnificados quando comparados com os que têm além da renda da propriedade, a aposentadoria e/ou outras fontes de renda. Andrade e Teixeira (1999), também apontam que estes produtores preocupam-se em elevar a eficiência de seu sistema produtivo por meio de inovações tecnológicas e verticalização da produção. Em resumo, podemos dizer que os produtores que tem somente a atividade rural como fonte de renda, vivem em uma constante busca pelo aumento da produtividade, pois dela dependem a sobrevivência da propriedade rural. Quanto aos produtores que possuem outras fontes de rendimento pode ser explicado pela inconstância da lucratividade da agricultura brasileira o que gera a necessidade de muitos produtores buscarem alternativas de renda fora da propriedade.

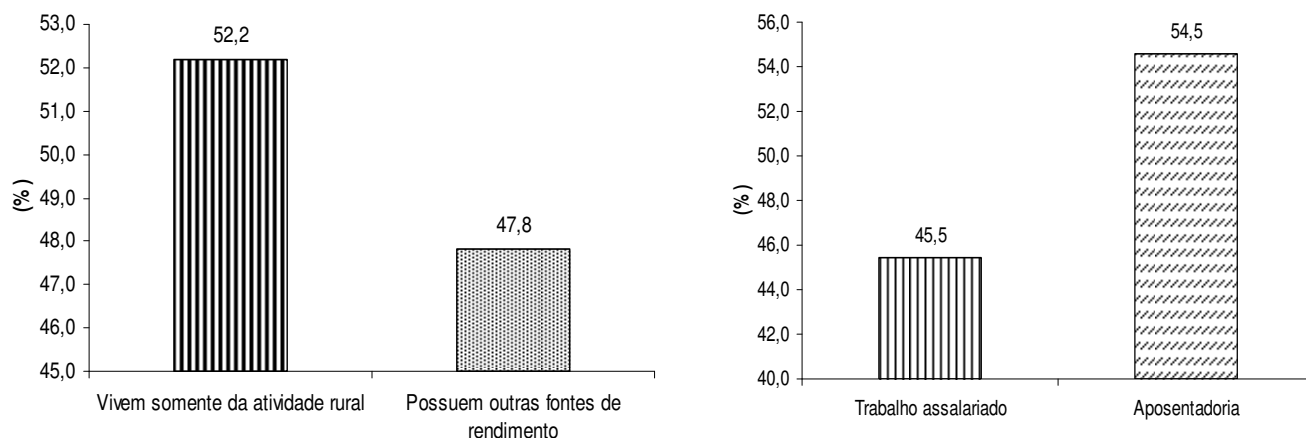


Gráfico 17. Fontes de rendimento dos produtores

A rentabilidade é fator de suma importância na propriedade agrícola, pois na maioria das vezes não há como dar continuidade às atividades produtivas se não houver a comercialização e entrada de capital. Quanto ao rendimento oriundo das atividades da propriedade, sejam elas a produção de hortaliças, fruticultura, avicultura ou pecuária, podemos observar por meio do Gráfico 18, que 65% dos produtores possuem renda bruta mensal de até R\$5.000,00, esta renda é obtida, principalmente, pela venda dos produtos à COOAPIR, que posteriormente comercializa para o mercado de Manaus. Este valor pode variar de acordo com a produção, ou seja, pode ocorrer sazonalidade do produto e, conseqüentemente, na renda do produtor durante o ano agrícola. Este total quando transformados em salários mínimos, chega a aproximadamente 14, (R\$380,00), no entanto de acordo com os produtores, deste valor, o lucro líquido é de aproximadamente 30%, correspondente a R\$1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais).

Considerando o percentual de lucro líquido declarado pelos produtores estudados, durante o ano agrícola, em propriedades de até 100 ha, a renda total por unidade de área seria de R\$180,00ha/ano. Quando comparados com a renda nacional por hectare de acordo com Guanziroli e Cardim, (2000), dados do IBGE 95/96, divulgaram a renda total por hectare na

agricultura familiar estimada em R\$104/ha/ano, os produtores estudados apresentaram renda 73% superior à nacional. Quando comparamos a renda dos produtores cooperados da COOAPIR com a renda dos demais produtores familiares da região norte (R\$51,00/ha/ano), estes resultados são ainda mais elevados, ou seja, 253% superior. Podemos inferir que, o sistema de cooperação dentro deste nicho de produtores é altamente vantajoso, sobretudo no que concerne a produtividade, qualidade e regularidade da produção. A produtividade atingida se encontra em patamares semelhantes aos produzidos na região sul, onde é encontrado maior índice do País (R\$241,00/ha/ano).

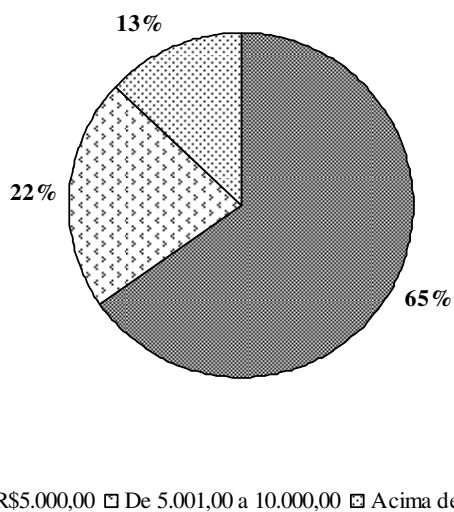


Gráfico 18. Rendimento bruto mensal advindo da atividade agrícola e criação de animais.

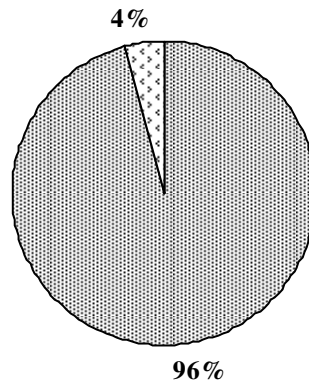
Outra questão aliada à organização, que pode explicar a alta rentabilidade destes produtores em relação às outras regiões do País é a lei da demanda e da oferta. Não é novidade que a produção agrícola, no tocante as hortaliças, gerada no Estado do Amazonas é insuficiente para abastecer a população, o que ocasiona uma demanda maior que a oferta, principalmente nas entressafras. Como exemplo, podemos fazer uma simulação do preço final de um produto como o tomate, enquanto na região sul, este chega à mesa do consumidor por aproximadamente R\$0,20 o

quilo, no Estado do Amazonas, o mesmo produto pode chegar por aproximadamente R\$4,99 o quilo, ou seja, valor quase 25 vezes superior. Para os produtores da região o custo de produção é mais elevado, porém compensado pela valorização do produto.

Diante destes resultados é importante ressaltar que estes produtores fazem parte de um grupo seleta no Estado do Amazonas e mais especificamente, em um cinturão verde localizado na região de Iranduba, fora da realidade da grande maioria dos produtores familiares do Estado e do País. Este desempenho pode estar relacionado com os benefícios proporcionados pela organização em forma de cooperativa, da qual busca interagir seus cooperados com tecnologias de ponta, desenvolvidas de acordo com as peculiaridades da região Amazônica, buscando profissionais qualificados para assistência técnica.

5.1.3 Aspectos relacionados à satisfação dos produtores com a COOAPIR

A COOAPIR hoje é um dos principais recursos de assistência técnica aos produtores associados a ela, onde dispõe de um engenheiro agrônomo que faz visitas periódicas nas propriedades. Neste estudo buscou de forma sucinta verificar a satisfação dos produtores em relação à COOAPIR por meio de duas variáveis. Quando perguntamos aos produtores se a situação financeira e social melhorou após a associação na COOAPIR, podemos observar pelo Gráfico 19, que 96,0% afirmam que melhorou e apenas 4,0% afirmam que continuou do mesmo jeito. Notou-se por meio da entrevista que neste percentual menor, os produtores participam menos das atividades da cooperativa, o que pode explicar essa insatisfação.



■ Melhorou □ Continua do mesmo jeito

Gráfico 19. Percepção dos produtores em relação à melhoria na situação financeira e social após a associação

O cenário competitivo em que se encontra a atividade rural, setores principalmente o da agricultura familiar, bem como pequenos produtores, devem buscar meios que garantam sua sobrevivência, por meio da comercialização dos produtos, redução dos custos, em fim, buscando a viabilidade econômica da propriedade. Como abordado na revisão deste estudo, o cooperativismo vem como uma das melhores maneiras de gerar estes resultados, pois contribui com o fortalecimento destes perante o mercado. Com relação à satisfação dos serviços que a cooperativa dispõe aos seus cooperados, podemos verificar no Gráfico 20, que dentre os produtores da COOAPIR, a maior satisfação é com relação à ampliação do mercado 60,90%. Este índice de satisfação está diretamente ligado a um dos principais gargalos enfrentados pela agricultura familiar no Amazonas, ou seja, a dependência dos intermediários para comercialização. Vale ressaltar que antes da cooperativa, estes produtores dependiam exclusivamente dos intermediários para que a produção chegasse ao mercado, muitas vezes vendiam os produtos por preços injustos, que conseqüentemente inviabilizam a produção. Estudos com populações rurais no Amazonas têm identificado a presença destes agentes, principalmente quando o acesso aos centros consumidores para comercialização é mais difícil.

Fraxe (2000) considera estas relações (camponeses e agentes da comercialização) a representação de um dos momentos mais importantes de subordinação do camponês à vontade do capital comercial, ressaltando que a inexistência de uma política agrícola e agrária voltada para a região amazônica é um dos principais fatores que favorecem o aparecimento destes intermediários.

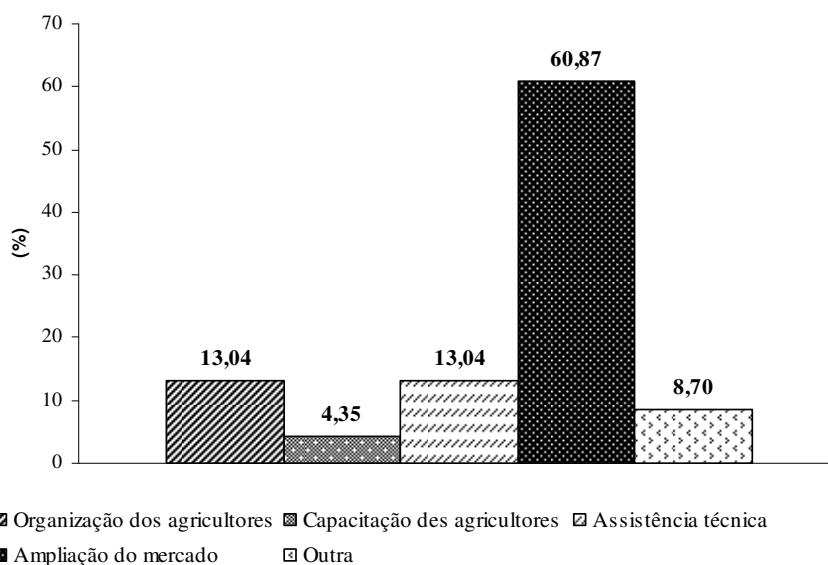


Gráfico 20. Principal contribuição da COOAPIR do ponto de vista dos cooperados

“Eu acho importante a certeza de que tudo que produzisse, pudesse vender, a cooperativa hoje, me oferece isso, de uma forma é, dentro das suas limitações, por que essa cooperativa está em desenvolvimento, então isso tem me trazido a tranquilidade e a segurança para que eu continue produzindo, e todo o desenvolvimento da minha propriedade eu me embaso na cooperativa” (A.A.M. 64 anos).

“Quando vou tomar a decisão, primeiro levo em consideração o mercado, eu acho importante primeiro saber se vai conseguir por esse produto no mercado ou não, e isso a gente tem com a cooperativa. O termômetro é a cooperativa, se ela tem onde por, aí a gente produz” (R.S. 49 anos).

A pesquisa qualitativa corroborou essa satisfação dos produtores, principalmente em relação à função da COOAPIR em ampliar o mercado para a venda dos produtos.

Outro fator importante foi a grande satisfação dos produtores em relação à organização e a assistência técnica que a cooperativa oferece. Essa satisfação com a assistência técnica é promovida pelo fato da COOAPIR disponibilizar um Engenheiro Agrônomo que orienta os produtores diariamente em seus sistemas de produção, o que segundo eles têm trazido um aumento da produtividade.

5.2 Caracterização e Tipificação do Perfil Administrativo dos Produtores Associados à COOAPIR

Nesta etapa foram apresentados e discutidos os dados resultantes da Análise Discriminantes e a caracterização e tipificação do perfil administrativo dos produtores por meio da análise separadamente dos 2 grupos classificados na análise discriminante.

5.2.1 Resultado da Análise Discriminante

Primeiramente foram formados dois grupos estabelecidos pela variável que indica o uso de informações administrativas no processo de tomada de decisões (TOMDECI). O Grupo 1 (não utilizam informações administrativas no processo de tomada de decisões), foi constituído por 11 produtores, correspondendo a 44% da amostra, o Grupo 2 (utilizam informações administrativas no processo de tomada de decisões), foi constituído por 14 produtores, correspondendo a 56% da amostra. Após esta classificação, foi aplicada a Análise Discriminante.

Validação do modelo

O modelo foi constituído por 25 casos onde todos foram considerados válidos, sendo a *priori* 11 pertencentes ao grupo 1 e, 14 pertencentes ao grupo 2.

No modelo foram testadas 20 variáveis, das quais, a estatística Lâmbda de Wilks mostrou que ao nível de significância de 1%, duas variáveis (BANCODAD e ICATIVID) apresentaram poder discriminante na classificação dos grupos, Tabela 01. A estatística Lâmbda de Wilks para o teste da função foi significativa, o que mostra sua validade para o modelo, pois permite afirmar que os dois grupos de produtores podem ser distinguidos com base na combinação das vinte variáveis, embora selecionadas somente duas, Tabela 02.

Lâmbda de Wilk's			
Step	Variáveis	Estatística	Sig.
1	ICATIVID	0,557	0,000
2	BANCODAD	0,365	0,000

Tabela 01. Variáveis introduzidas no modelo pelo método STEP WISE

Teste da Função	Lambda de Wilks	Qui-Quadrado	df	Sig.
1	0,365	22,165	2	0,000

Tabela 02. Teste da função pela Estatística Lâmbda de Wilk's

Na Tabela 03, estão relacionadas as 20 variáveis utilizadas no modelo e os coeficientes de correlação entre cada variável da função discriminante, na qual é possível visualizar o maior grau de correlação das variáveis ICATIVID e BANCODAD. Quanto à não classificação das outras variáveis, Pizzol (2004) explica que a reticência dos produtores em responder algumas perguntas reflete a falta de planejamento e controle contábil na propriedade e podem contribuir para o elevado desvio padrão e obtenção dos valores não significativos de F para grande parte das variáveis discriminantes.

VARIÁVEIS	Função
	1
ICATIVID	0,677
BANCODAD	-0,618
BUSINFOR	-0,442
DESPARTI	0,416
PLANEJAT	0,355
INVESTIPRO	0,316
ESCOLARI	-0,299
SISTFINA	0,212
CURSOS	0,212
CBANC	0,206
FATURAM	-0,203
TAMANHO	-0,197
ATIVIDAD	-0,152
IDADE	0,086
INSTRUM	0,083
ASSISTEC	0,060
TEXPERIE	0,039
RESPANOT	0,039
CONSULT	0,011
TASSOCIA	-0,006

Tabela 03. Coeficiência da Função Discriminante - Matriz de Estrutura

A função discriminante apresentada pelo coeficiente de correlação canônica foi de 0,797, Tabela 04, indicando que 63,52% das variâncias das variáveis podem ser explicadas pelo modelo resultante que incluiu duas variáveis selecionadas pelo procedimento Step Wise. Estes resultados foram superiores aos encontrados por Abrantes (1998) em estudo similar, na qual a função discriminante apresentou coeficiente de correlação canônica de 0,508 sendo formada por seis variáveis. Desta forma podemos analisar que embora seja interessante um maior número de variáveis selecionadas para o modelo, isto não significa um maior grau de correlação.

Função	Autovalores	% de Variância	Cumulativo %	Correlação Canônica
1	1,739	100	100	0,797

Tabela 04. Coeficiente de correlação canônica.

Classificação e discriminação dos grupos

Na Tabela 05 pode-se visualizar os resultados da aplicação da Análise Discriminante, onde, além da discriminação dos grupos por meio da correta classificação, também comprova a validação do modelo, pois resume a capacidade de discriminação da função discriminante. Observamos que foram classificados corretamente no Grupo 1 (não utilizam informações administrativas para o controle das atividades), 90,9% dos casos, estes percentuais demonstram que alguns produtores, mesmo tendo declarado que não utilizam informações administrativas para o controle de atividades, utilizam algum tipo de informação que auxiliam no processo de tomada de decisões. No Grupo 2 (utilizam informações administrativas) 78,6% foram classificados corretamente, o restante 21,4% foram classificados erroneamente por apresentarem características do Grupo 1. Quanto às estatísticas de classificação, a função conseguiu classificar corretamente 84% dos casos originais.

		TOMDECI	Grupos Diagnosticados		Total
			Grupo 1	Grupo 2	Grupo 1 e 2
Original	Absolutos	Grupo 1	10	1	11
		Grupo 2	3	11	14
	%	Grupo 1	90,90	9,10	100%
		Grupo 2	21,40	78,60	100%
Validação cruzada	Absolutos	Grupo 1	9	2	11
		Grupo 2	3	11	14
	%	Grupo 1	81,80	18,20	100%
		Grupo 2	21,40	78,60	100%

84,0% dos casos originais foram agrupados corretamente.

80,0% dos casos agrupados mediante validação cruzada, foram classificados corretamente.

Tabela 05: Resultados da Classificação, obtidos com a aplicação da Análise Discriminante

A validação cruzada tem por objetivo re-classificar os casos que foram classificados erroneamente nos grupos originais, observamos na Tabela 05 que houve alteração no Grupo 1, ou

seja, 2 casos que pertenciam a este grupo foram re-classificados no Grupo 2, correspondendo a 81,8%. De maneira geral 80% dos casos agrupados mediante a validação cruzada, foram classificados corretamente, sendo esse resultado similar à classificação original. A taxa de classificação pode ser considerada elevada, o que demonstra a eficiência do modelo utilizado para separar os produtores que não utilizam técnicas administrativas daqueles que utilizam.

5.2.1 Análise descritiva dos grupos

Podemos verificar por meio do Gráfico 21, que 88% dos produtores entrevistados possuem mais de 10 anos de experiência na atividade rural, sendo que alguns herdam essa experiência de seus pais, pois trabalham na agricultura desde a infância. Somente 8% possuem entre 1 e 5 anos de experiência, normalmente são produtores que viviam e trabalhavam na cidade e após se aposentarem mudaram para zona rural.

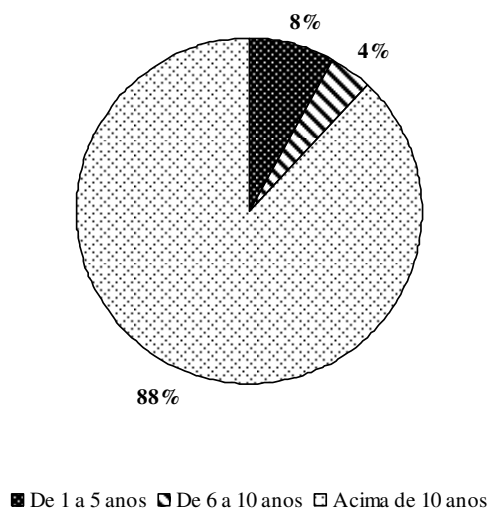
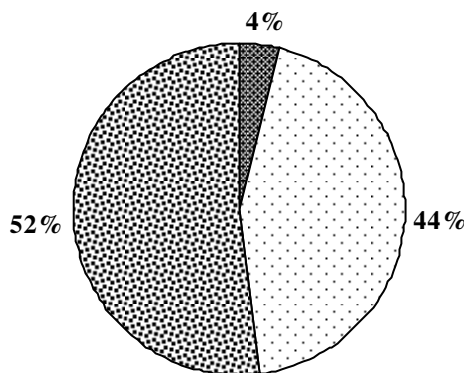


Gráfico 21. Distribuição do percentual de produtores de acordo com o tempo de experiência na atividade rural

Em relação ao tempo de associação à COOAPIR, Gráfico 22, 52% dos produtores são associados a mais de 5 anos, sendo estes, os fundadores da cooperativa. Por meio do gráfico

pode-se analisar também a entrada de novos produtores no quadro de associados após a fundação da cooperativa, do total, 44% têm de 1 a 5 anos de associação, o que demonstra uma grande entrada de novos sócios nos primeiros cinco anos de fundação.



■ Menos de 1 ano □ De 1 a 5 anos ▣ Acima de 5 anos

Gráfico 22. Distribuição do percentual de produtores de acordo com o tempo de associação à COOAPIR

Considerando que existem dois grupos de produtores, o Grupo 1, configurado por aqueles que não utilizam informações administrativas no processo de tomada de decisões e, Grupo 2, por aqueles que utilizam informações administrativas no processo de tomada de decisões, a seguir, primeiramente, foi feita uma análise das variáveis que pela análise discriminante, determinaram a formação dos grupos, e posteriormente uma análise das variáveis que também estão ligadas às técnicas administrativas dentro de uma empresa. Para corroborar estes resultados utilizou a análise obtida com a pesquisa qualitativa.

A primeira variável que possuiu poder na discriminação dos grupos foi ICATIVID (Utilização de informações para o controle das atividades), da qual podemos observar que no Grupo 1, a maioria dos produtores declararam não utilizar nenhum tipo de informação, 66,67% e

no Grupo 2, somente 7,69%, sendo que 61,54% dos entrevistados deste último declararam que utilizam o custo mensal da propriedade rural como um todo, para auxiliar em algum tipo de tomada de decisão, Gráfico 23.

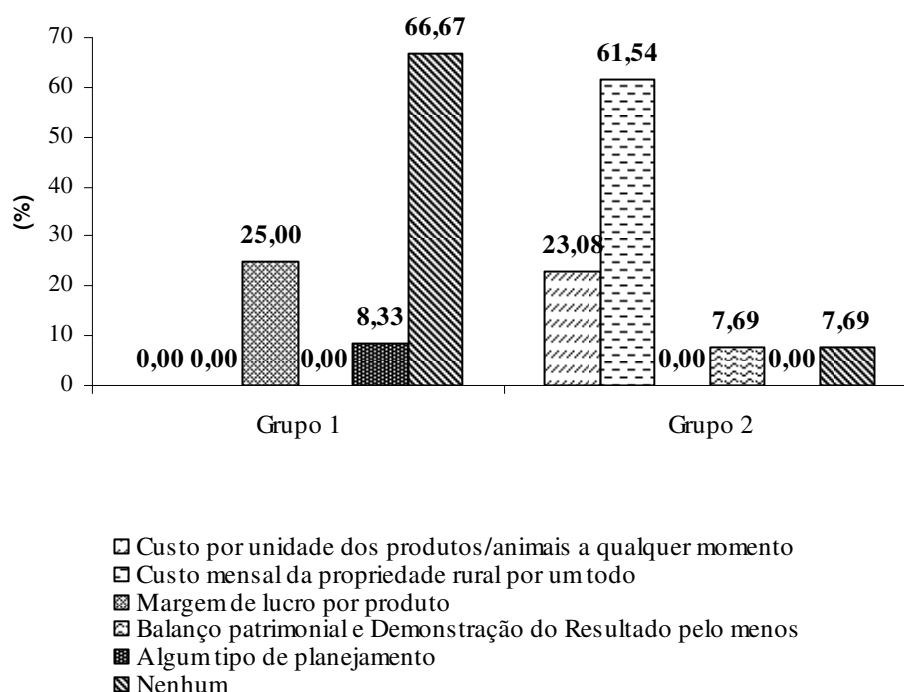


Gráfico 23. Distribuição do percentual de produtores de acordo com a utilização de informações para o controle das atividades

“Eu acho que a administração é o grande avanço do produtor, assim, pelo menos um caderninho pra anotar, pra ver se tá compensando ou não... e decidi na hora certa..., essa não é a cultura certa..eu acho que o grande negócio tá aí né? Anotação” (R.S. 49 anos).

Por meio da análise qualitativa foi possível observar que os produtores classificados no Grupo 2 ao contrário do Grupo 1, adotam mais tecnologias e buscam maior desempenho das atividades por meio do registro e análise de dados. Porém os produtores classificados no Grupo 1, mesmo não utilizando determinadas informações, demonstram o conhecimento da importância destas, como podemos observar nos depoimentos abaixo:

“Eu acho que o custo do produto é importante, pra saber qual é que tá sendo mais rentável” (D.B. 56 anos)

“Eu sei o custo do produto, mas não tenho anotado, por que essa variação na agricultura é de altas e baixas na venda e compra dos produtos, então não tem necessidade de anotar, por que meu negócio é muito pequeno, eu faço uma média do preço do produto, aí pode dar mais ou menos. Agora se tivesse tudo anotado, isso aí daria mais a certeza né, se tivesse uma administração e uma contabilidade, num seria só pela cabeça, aí teria um base pra não errar” (A.A.M. 64 anos)

Os depoimentos acima comprovam que na grande maioria das propriedades rurais, onde as técnicas administrativas, importantes elementos gerenciais, não são utilizadas por seus administradores (produtores rurais), ocorre que muitas vezes, o produtor rural guarda em sua memória as informações, não anota os acontecimentos que são de extrema importância para a correta administração, de maneira que com o passar do tempo são esquecidos, e não calculados na hora da comercialização dos produtos.

Para que haja uma boa administração na propriedade agrícola é imprescindível à formação de um banco de dados, mesmo que um livro de caixa, pois são controles que facilitam os produtores ao tomar uma decisão, principalmente àquelas que requerem repostas como: O que, quando, quanto e onde plantar. Na análise dos dados qualitativos foi possível identificar que mesmo àqueles produtores que fazem algum tipo de controle, na maioria das vezes, tomam suas decisões de acordo com o mercado.

“Eu tomo a decisão baseado no mercado, quando o mercado tá abarrotado aí tem que plantar, por que os outros produtores param de plantar, aí o preço melhora” (R.P.C. 66 anos).

“Eu tomo a decisão pelo mercado, a gente observa mais é o que o mercado tá exigindo, aí a gente vai e planta, num tem assim um planejamento a longo prazo não. Eu num tenho paciência pra fazer, e se eu pegar e contratar uma pessoa pra fazer, aí fica caro” (E.S.G. 47 anos).

“Das informações que eu uso é o consumo do produto, o mercado é que faz você decidir o que vai ser produzido naquele momento, por que às vezes se você produz e o mercado não compra aí toma prejuízo” (C.B. 48 anos).

Estes depoimentos acima confirmam os resultados da segunda variável que contribui para a classificação dos grupos, BANCODAD, que indica se o produtor faz algum tipo de anotação para formar um banco de dados. Os resultados no Gráfico 24, mostram claramente uma diferença significativa entre o Grupo 1, onde 50% dos entrevistados declaram não fazer nenhum tipo de anotação, e o Grupo 2, onde 53,85%, fazem mesmo que anotações simples para fazer um livro de caixa.

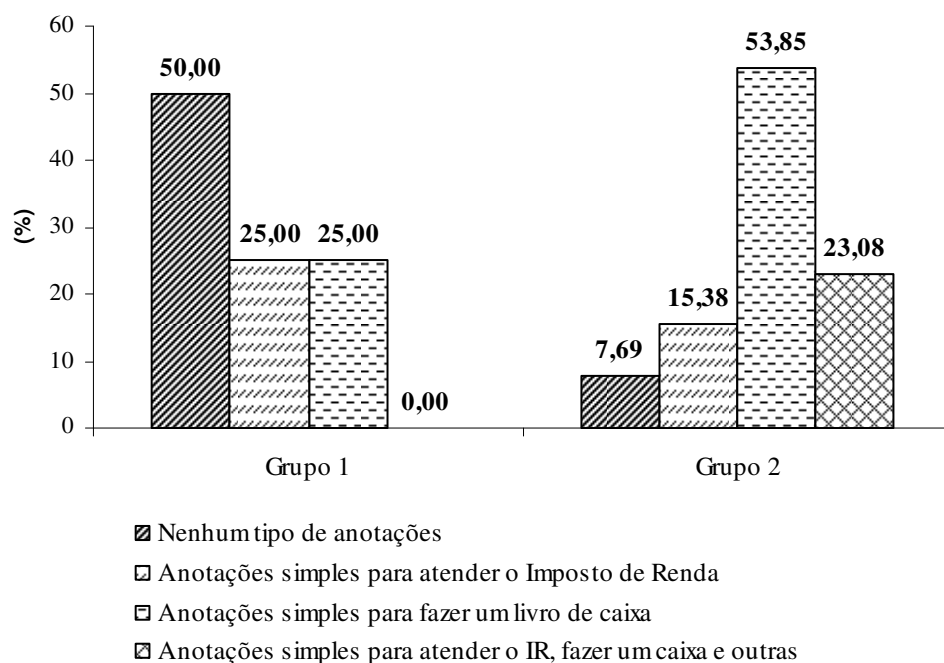


Gráfico 24. Distribuição do percentual de produtores de acordo com a formação de registros e anotações

Essa dificuldade dos produtores em fazer registros foi identificada também nas pesquisas de Abrantes (1998), onde observou que a maioria das propriedades é administrada de forma

bastante tradicional, com conduta improvisada nas tomadas de decisão, geralmente baseada nas vendas anteriores, mais desprovidas de qualquer conhecimento técnico do assunto. No depoimento abaixo é possível visualizar a percepção do produtor em relação à sua tomada de decisão:

“Quando eu vou plantar, esse negócio de agricultura assim, não adianta plantar uma meia dúzia de pé, tem que plantar logo uns mil pra cima assim, por que os mil vai cobrir, por exemplo se eu plantar trezentos pés de maracujá, aí o preço tá bom, mas se o preço for ruim, num vai cobrir, sabe, a quantidade vai fazer a diferença” (S.F.R.A. 47 anos).

Para este produtor o simples fato de produzir mais significa que irá ganhar mais, demonstrando que não possui nenhum controle do que está sendo gasto e do desempenho da atividade como um todo. Alguns produtores ainda enfatizaram que a cooperativa possui um sistema de relatório que são emitidos mensalmente, relacionando todas as entradas e saídas, registradas no decorrer do mês. Por exemplo, a cooperativa fornece para os produtores, insumos e outros produtos, aliado a isso, ela compra a produção do associado, neste momento o sistema acusa o débito e o crédito, a partir deste movimento é realizado o pagamento do saldo ao produtor. No entanto, nenhum destes produtores informaram que analisam estes relatórios e tampouco utilizam estas informações para tomar qualquer tipo de decisão.

Observa-se por meio do Gráfico 25, que os produtores do Grupo 2, estão numa faixa etária entre 41 a 50 anos e 51 anos e mais, 53,85% e 46,15% respectivamente. Já no Grupo 1, há uma presença maior de produtores com faixa etária mais elevada, 51 anos e mais, o que pode explicar a não adoção destas técnicas, visto que estes podem possuir maior grau de resistência à mudanças e conseqüentemente a adoção de novas tecnologias, principalmente àquelas ligadas ao sistema financeiro da empresa agrícola, apesar de ter produtores na faixa de 31 a 40 anos (8,33%).

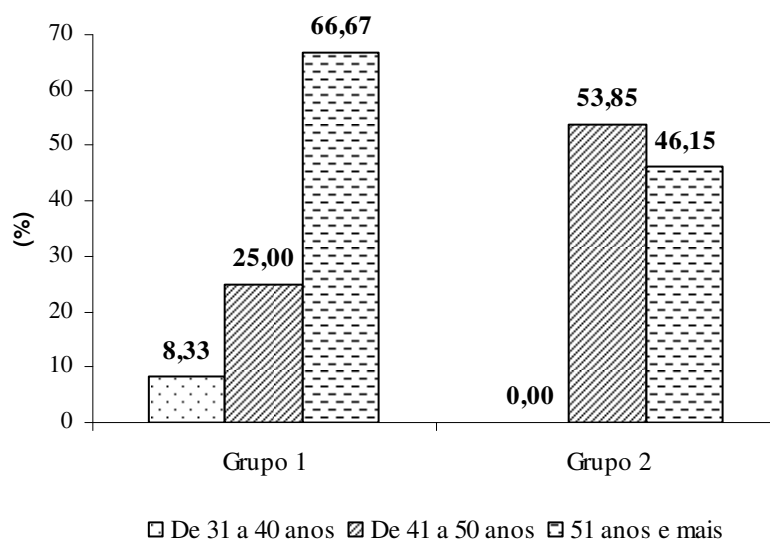


Gráfico 25. Distribuição do percentual de produtores de acordo com faixa etária

O nível de escolaridade, Gráfico 26, também se diferencia nos dois grupos. No Grupo 1, a escolaridade varia entre o Ensino fundamental até o Ensino médio, sendo que a maioria 58,33% possuem ensino fundamental incompleto. No Grupo 2, observa-se que os produtores com nível médio e superior incompleto somam 61,54% , no entanto também existe àqueles que têm fundamental incompleto, 23,08%. O grau de instrução é considerado um dos principais fatores que levam à não adoção de técnicas administrativas por produtores rurais. Abrantes (1998) aborda que o nível de escolaridade do produtor influencia seu interesse na busca de novos conhecimentos, na medida em que possibilita estabelecer comportamentos mais desejáveis na assimilação e adoção das informações recebidas. No depoimento abaixo é possível observar, que para este produtor, a falta de estudos é um dos maiores entraves, reconhecendo que uma pessoa com um nível mais elevado de escolaridade, tem maior facilidade em fazer anotações:

“A maior dificuldade que eu tenho, é o conhecimento, é a falta de num saber ler e escrever direito, essa é a maior dificuldade. Você vê que quando uma pessoa tem sabedoria, tem conhecimento de ler, ela sabe fazer tudo anotadinho, tudo tabelado, já a gente fica com dificuldade né” (R.P.C. 66 anos).)

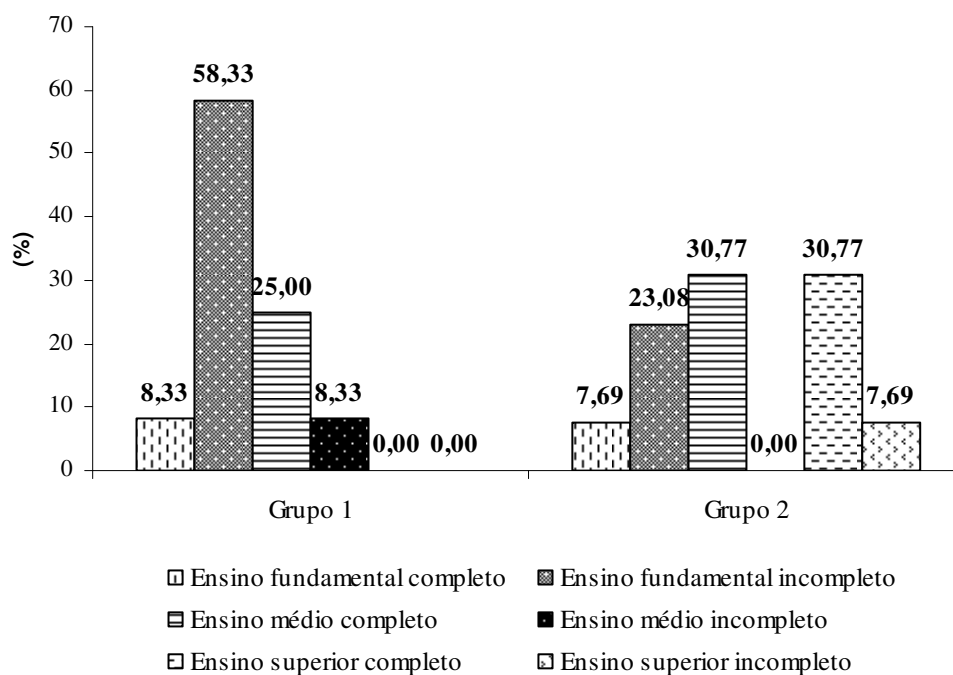


Gráfico 26. Distribuição do percentual de produtores de acordo com o grau de escolaridade

Rangel (2004) ressalta que a melhoria do nível de escolaridade amplia os horizontes dos agricultores, os quais procuram e usam mais informações e adotam mais facilmente novas tecnologias. Essa afirmação de Rangel pode ser também confirmada no Gráfico 27, onde 66,67% dos produtores do Grupo 1, não possuem nenhum sistema de organização administrativa, o que evidencia a resistência destes produtores em relação a adoção da tecnologia da informação. No Grupo 2, embora ainda um percentual pequeno, 23,08% dos produtores já contam com a utilização de computadores para o sistema de organização administrativa da propriedade.

“A dificuldade é o desconhecimento das técnicas e tempo também, por que tem que ser eu pra tudo, aí num dá tempo. Mesmo assim hoje se num anotar, se num fizer direitinho. Eu acho que é importante que a gente esteja informatizado, mesmo na agricultura, hoje eu já trabalho diferente, trabalho com análise de solo, sabendo quais os produtos que vão aumentar a minha produtividade” (C.A.P.D. 56 anos).

No depoimento acima podemos observar uma quebra de paradigma em relação à adoção de tecnologias, este produtor mesmo com baixo nível de escolaridade e pouco conhecimento em relação às técnicas de administração rural, busca a inovação e o melhor desempenho da sua propriedade. Isso significa que mesmo sendo um fator limitante, a baixa escolaridade não pode ser por si só, considerada uma barreira no desenvolvimento da agricultura.

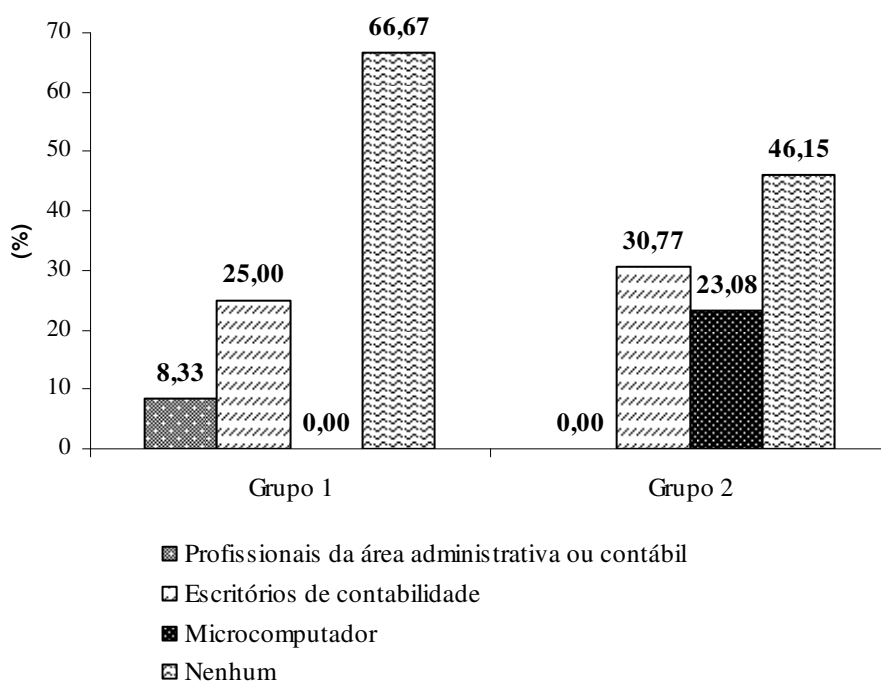


Gráfico 27. Distribuição do percentual de produtores de acordo com instrumentos utilizados para o sistema de organização administrativa

No Gráfico 28, observamos que a maioria dos produtores nos dois grupos possui conta bancária diferenciada para os negócios, este caso pode ser explicado pelo fato da COOAPIR exigir do produtor uma conta para a efetuação dos pagamentos.

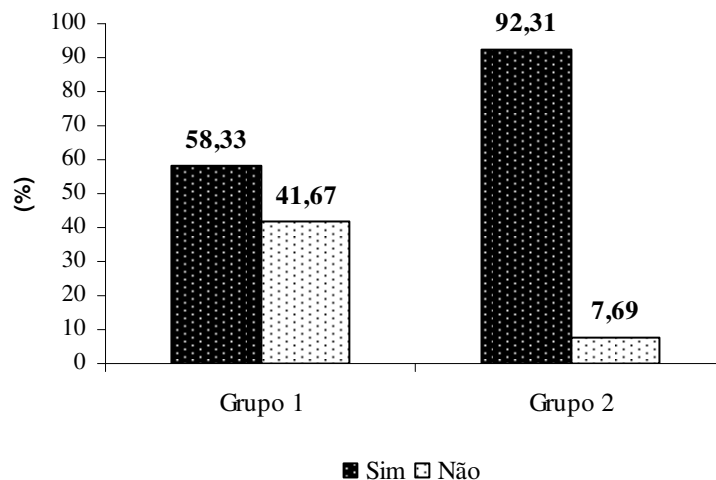


Gráfico 28. Distribuição do percentual de produtores de acordo com a existência de conta bancária diferenciada para os negócios

Outras questões relevantes dentro de um processo administrativo são a organização e o controle da empresa agrícola, o simples cuidado de separar as despesas relacionadas ao negócio da propriedade rural, das despesas particulares pode fazer grandes diferenças, principalmente, quando o assunto é custo de produção, margem de lucro, além de outros. Neste caso, no Gráfico 29, observamos que no Grupo 2, 68% dos produtores fazem esta separação e, somente 32% do Grupo 1, afirmam fazê-la.

“Eu tenho que fazer um controle separado das culturas e um das coisas pessoais, por que a gente tem que entender que se a gente não atuar como empresário, a coisa fica difícil de ser administrada, o que acontece hoje é que se mistura muito, e no final você acaba ficando confuso, aí não sabe se tá dando lucro ou prejuízo né” (T.S.S. 60 anos).

“Eu acho que prejuízo não tá dando, mais é ruim trabalhar no escuro, por que eu tô dizendo que tô ganhando, mas é no escuro, né. Com esse questionário aqui, eu já tô pensando, eu acho que vou fazer isso agora, anotar a entrada e a saída, fazer um livro de caixa” (J.O.P. 47 anos).

Os depoimentos acima demonstram que o produtor, mesmo, não fazendo separação entre as despesas sabe da importância de um controle mais rigoroso, principalmente se possuem outras

fontes de rendimento, onde caso não ocorra este tipo de organização, torna-se difícil avaliar os reais custos de produção e conseqüentemente a viabilidade econômica de cada atividade.

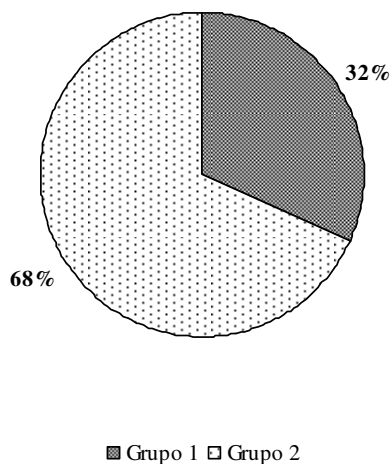


Gráfico 29. Distribuição do percentual de produtores de acordo com a separação das despesas particulares das relacionadas ao negócio da propriedade

Quanto ao planejamento, 83,33% dos produtores pertencentes ao Grupo 1 não o fazem, Gráfico 30, o que mais uma vez confirma a não utilização de técnicas administrativas dos produtores deste grupo. O planejamento é considerado hoje uma das mais importantes ferramentas dentro do processo administrativo, porém ainda pouco utilizado pela maioria dos produtores rurais. O que se pode observar é que estes produtores agem ainda com a intuição, ou mesmo que façam planos futuros, limitam-os somente à suas mentes. De acordo com Grateron (1996), citado por Abrantes (1998), esta falta de controle limita a capacidade de tomada de decisões do produtor rural, ao comparar o que foi planejado do realizado, a fim de uma imediata ação corretiva. Esta visão imediatista abordada por Grateron, é evidenciada pelos produtores da COOAPIR, uma vez que tomam suas decisões baseadas praticamente pelas previsões do mercado, o que pode desencadear certo descontrole na oferta dos produtos, inclusive este assunto foi abordado pelos produtores.

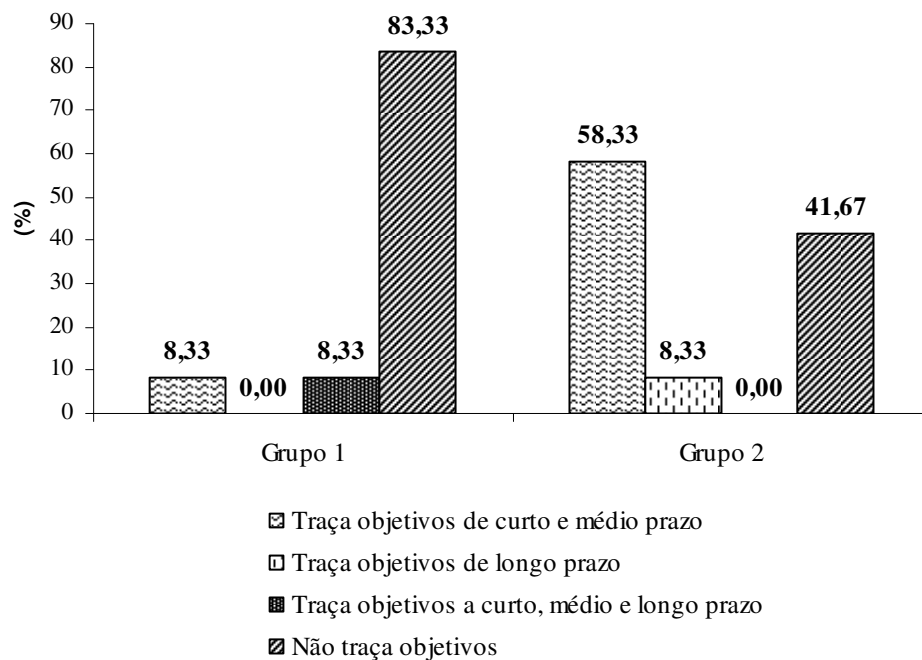


Gráfico 30. Distribuição do percentual de produtores de acordo com a elaboração de Planejamento

Como observado anteriormente, um dos principais objetivos dos produtores da COOAPIR é a obtenção de lucro nas atividades por eles desenvolvidas. O Gráfico 31, mostra que 83,33% dos produtores pertencentes ao Grupo 1, com faturamento bruto anual, abaixo de R\$50.000,00, enquanto que este percentual no Grupo 2 cai para 38,46%, sendo que a maioria deste último possui faturamento superior a R\$50.000,00. Estes resultados confirmam a pesquisa realizada por Abrantes (1998) onde analisou que este aumento no faturamento de um grupo para outro pode estar relacionado com uma maior organização contábil administrativa dos produtores, aliada a baixos custos de produção, maior produção e/ou produtividade ou, ainda, melhor sistema de controle organizado. Neste caso, as diferenças nos resultados econômicos podem ser resultantes das diferenças na administração dos produtores rurais.

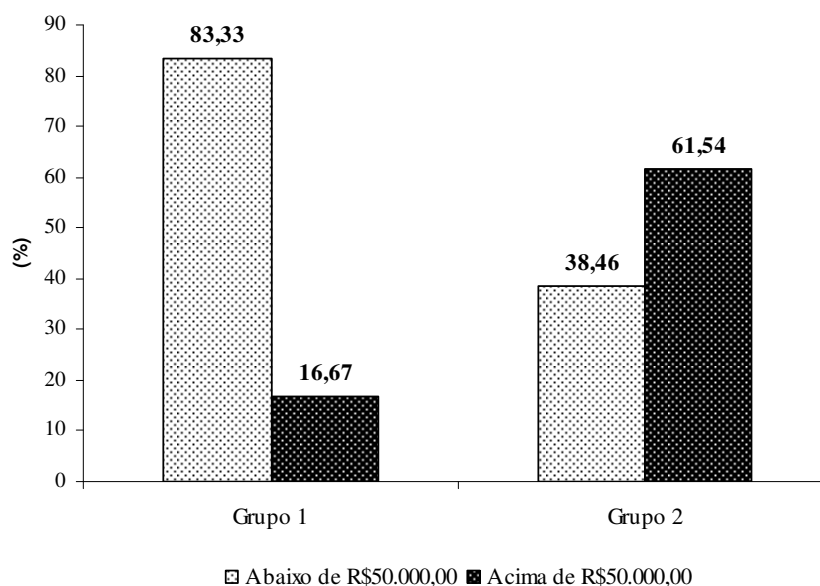


Gráfico 31. Distribuição do percentual de produtores de acordo com o faturamento bruto anual

Quando questionados sobre cursos voltados para área de administração, 96% afirmaram que gostariam de participar e apenas 4% acham desnecessário, Gráfico 32. Os depoimentos confirmam que estes produtores, principalmente os classificados no Grupo 1, mesmo que não executem técnicas administrativas para controlar a propriedade, sabem da importância desta para o desenvolvimento e ampliação dos seus negócios.

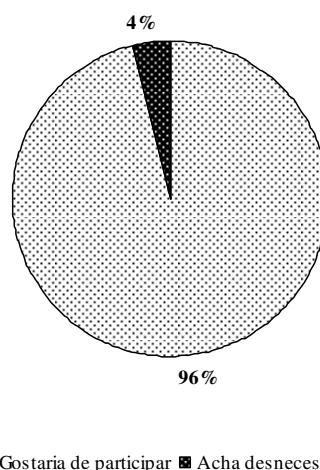


Gráfico 32. Distribuição do percentual de produtores de acordo com o interesse em participar de cursos na área administrativa

“A administração rural vem de encontro com a necessidade dos produtores, para aumentar a produtividade e a renda da propriedade, mas para administrar a gente precisa começar com um papel e um lápis, mas também tem que ter no mínimo os conhecimentos básicos pra fazer isso” (E.D.A. 49 anos).

“A administração rural pode fazer melhorar a minha propriedade, por que você com o controle real, aí você sabe pra onde vai caminhar né” (G.I.V. 52 anos).

“Eu acho que esse negócio de organizar seria bom, a gente que trabalha tudo na doida aí, e num sabe realmente, o que tá dando lucro o que num tá. Eu acho que seria bom mais informações técnicas, ter um controle melhor, precisa de um treinamento pra gente poder conhecer um pouquinho melhor. Eu tenho pouco estudo e não tenho técnica...sem conhecimento é difícil” (E.F. 42 anos).

“A Administração é importante, por que as vezes tem hora que você pensa que o produto tá dando lucro, e quanto vai colocar na ponta do lápis tá dando é prejuízo” (E.P. 57 anos).

Em relação aos cursos voltados para a administração rural observamos que praticamente todos os produtores estão mais interessados em saber se o negócio está dando lucro ou prejuízo, o que caracteriza estes produtores como aqueles que produzem não somente pensando na subsistência da família, mas também em sua colocação frente ao mercado. Esses objetivos dos produtores da COOAPIR vão de encontro com a abordagem de Cella (2002): A Administração Rural não pode deixar de visar à melhoria do bem estar e da renda líquida familiar, o aumento no valor do patrimônio e a manutenção de sua reprodução social, política, econômica e biológica, além de uma imagem satisfatória do produtor perante a sociedade. Na qual podemos concluir que o aumento da lucratividade gera uma melhoria de vida para o produtor e suas famílias e pode contribuir para o alcance dos outros objetivos almejados por estes.

Podemos analisar também que as limitações com relação à adoção destas técnicas é justamente o desconhecimento, embora alguns produtores ainda ressaltam a falta de tempo. No

entanto, o desenvolvimento de cursos nesta área poderia desencadear nestes produtores essa real necessidade demonstrada por eles em saber a viabilidade econômica dos seus negócios e conseqüentemente uma melhor administração.

“Pra mim eu acho que é desnecessário. Claro que administração é uma peça chave, mas eu não sei fazer e falta alguém que faça” (A.M.B. 80 anos).

“A principal dificuldade para controlar as atividades pra mim é o desconhecimento das técnicas” (W.B. 53 anos)

“As vezes agente até começar anotar, mais depois já num anota mais, não é nem falta de tempo, eu acho que é falta de interesse de fazer as anotações tudinho” (S.F.R.A. 47 anos).

Um dos grandes erros ocorridos com relação à assistência técnica na área administrativa foram justamente os modelos de gestão, desenvolvidos de forma complexa, comparadas aos das empresas normais, que geralmente possuem pessoal qualificado para este fim, sem levar em consideração os diferentes níveis de instrução dos produtores e o fato de serem estes os próprios administradores de suas propriedades. Para tanto, essa diferenciação de grupos de produtores homogêneos é extremamente importante na elaboração de cursos, pois, poderão ser feitos especificamente a partir do conhecimento das reais necessidades e limitações de cada grupo.

6 CONCLUSÕES

Os resultados do Diagnóstico do Perfil Socioeconômico dos Produtores associados à COOAPIR demonstraram que embora existam dificuldades e fatores que limitam seu desenvolvimento, estes ainda possuem grande diferencial em relação à grande maioria dos produtores familiares do Estado do Amazonas, no entanto, de maneira geral as características destes produtores se adequam aos moldes do perfil da agricultura familiar no País.

Conquanto exista diferencial positivo na estrutura socioeconômica destes produtores, os resultados do perfil administrativo demonstraram a carência e desconhecimento das técnicas de administração, ocasionando a não utilização destas no processo de tomada de decisão, pela maioria dos produtores.

Os resultados do modelo estatístico da análise discriminante permitiram inferir que os grupos formados a priori, são estatisticamente distintos, concluindo que:

1 - O Grupo 1, formado por produtores que não utilizam informações administrativas no processo de tomada de decisões foi constituído por produtores com maior faixa etária, menor grau de escolaridade, e menor faturamento bruto anual. Estes produtores normalmente não fazem nenhum tipo de anotação, não possuem registros que identifiquem os reais custos de produção, o que leva ao desconhecimento da viabilidade econômica do empreendimento.

2 - O Grupo 2, ao inverso do grupo 1, os produtores são mais jovens, alguns possuem maior nível de escolaridade, até mesmo com ensino superior, faturamento superior ao dos pertencentes do grupo 1. Neste grupo, os produtores embora possuam algum tipo de controle administrativo, poucos o utilizam no processo de tomada de decisão, sendo estas, por quase a

totalidade, decidida a partir das demandas mercadológicas, ocasionando muitas vezes um desequilíbrio na produção e na entrega dos produtos para comercialização.

3 - Os produtores que utilizam técnicas administrativas na propriedade alcançam maior grau de desenvolvimento, tanto social quanto econômico.

4 - Os produtores dos dois grupos reconhecem a importância da administração rural e demonstram estarem dispostos a adotarem estas técnicas.

5 - O conhecimento dos diferentes grupos de produtores contribui para o desenvolvimento de políticas públicas, principalmente de assistência técnica voltadas para a área administrativa da propriedade rural.

6 - A Administração Rural e o cooperativismo são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar.

7 RECOMENDAÇÕES

1. Recomenda-se que sejam feitos estudos mais detalhados a respeito dos sistemas de produção destes produtores, para que sejam calculados os reais custos da produção e assim avaliar a rentabilidade do estabelecimento agrícola de forma mais precisa.
2. Cursos envolvendo assuntos de Administração Rural são necessários, levando-se em consideração os diferentes grupos de produtores e suas especificidades, principalmente, grau de escolaridade.
3. Pesquisas com o modelo estatístico de Análise Discriminante podem ser analisadas pelo método simultâneo (direto) que envolve a computação da função discriminante, de modo que todas as variáveis independentes são consideradas juntas, isso se o pesquisador não tiver interesse em diferenciar as variáveis que têm maior poder discriminatório na classificação dos grupos, possível pelo método *stepwise*.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrantes, L. A. **Tipificação e Caracterização dos produtores rurais através da utilização de informações contábeis**. 1998. 75p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras – UFLA. Minas Gerais.

Alencar, E. **Pesquisa Social e Monografia**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003.

Alves, M.O. **Alguns Fatores que Interferem no Processo de Capacitação em Associações de Produtores Familiares Assentados da Reforma Agrária**. 2006. BNB/ Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE>>. Acesso em: 28.08.2006.

Andrade, F.G; Teixeira, J.P.M. 1999. **O Cognitivo popular na organização da produção**. Rio Branco – EMBRAPA Acre, 1999. 4p. (Comunicado Técnico, 89).

Arco-Verde, M.F.; Jr., M.M.; Lopes, C.E.V; Freitas, F.N. 2002. **Diagnóstico Socioeconômico em áreas de pequenos produtores rurais do Estado de Roraima, Brasil**. Revista Acadêmica: ciências agrárias e ambientais. Curitiba, v.2, n.1, p. 61 – 64, jan./mar.

Barros, A. J. P.; Lehfeld, N.A.S. **Fundamentos de Metodologia - Um guia para iniciação científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986. 132p.

Barroso, L. P. **Análise Multivariada**. 48ª Reunião da RBRAS e 10ª SEGRO – Lavras - Minas Gerais. Departamento de Ciências e Exatas. Universidade Federal de Lavras. 2003.

Braga, M. J.; Reis, B.S. (org.). **Agronegócio Cooperativo: reestruturação e estratégias**. 305p. Viçosa: UFV, DER. Minas Gerais. 2005.

Buainain, A.M; Romeiro, A.R; Guanziroli, C. 2003. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias - Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.

Canziani, J. R. F. **Assessoria administrativa a produtores rurais**. 2001. 224p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo. Piracicaba – São Paulo.

Carrieri, A. P. **A racionalidade administrativa: os sistemas de produção e o processo de decisão-ação em unidades de produção rural**. Lavras-Minas Gerais: ESAL, 1992. 208p. (Tese de Mestrado).

Carrieri, A. P.; Aguiar, A. R. C. **Aspectos Administrativos da Pequena Produção Familiar**. In: II Seminário de Administração Rural, 1993. Concórdia. Anais. Florianópolis: EMBRAPA, 1993. p. 303-328.

Cella, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. 2002. 147p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luís Queiros” – Universidade de São Paulo. São Paulo.

Ceretta, P.S; Venturini, J.C; Gendelsky, V.R.D. 2007. **Análise da Eficiência em Cooperativas Agropecuárias no Estado do Rio Grande do Sul**. Anais XIV Congresso Brasileiro de Custos – João Pessoa – Paraíba. Brasil - 2007

Costa, N.L. **Agricultura itinerante na Amazônia**. Agroline, 2001. Acesso em 15.01.08.

Crepaldi, S.A. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial**. 2ª ed. Revista atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 1998.

Denardi, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, 2001. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. v.2, n. 3, jul./set. 2001.

Dourado, L.A.C.; Vanzela, L.S.; Hernandez, F.B.T. **Estudo das Condições Socioeconômica e Tecnológica das Famílias Proprietárias de Lotes Irrigados no Cinturão Verde em Ilha Solteira – SP**. XIX SEMANA DE GEOGRAFIA - Londrina - PR, 03 a 07 de Novembro de 2003.

Ellis, F; Biggs, S. 2005. **La evolución de los temas relacionados al desarrollo rural: desde la década de los años '50 al 2000'**. Organizações Rurais & Agroindustriais. v. 7, n. 1, p. 1-124, janeiro/abril-2005. Departamento de Administração e Economia – Universidade Federal de Lavras – UFLA.

FAO/INCRA.**Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**.Brasília,FAO/INCRA,1994, 98p.

Filgueira, F.A.R. 2003. **Novo Manual de Olericultura: Agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. 2ª. Edição – Revista Ampliada. Editora UFV, 412p.

Fiuza, R. **Novo código civil comentado**. 1º ed. 8º tiragem São Paulo: Saraiva, 2003.

Fraxe. T.J.P. **Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume – Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

Gil, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. 206p. São Paulo: Atlas, 1999.

Guanziroli, C.E.; Cardim, S.E.C.S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: 2000. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/proyecto/brazil/censo.pdf>>. Acesso em: 28.08.2006.

Hair, J.F.J. *et al.* **Análise Multivariada de Dados**. 5ª Edição. 593p. Porto Alegre. Bookman, 2005.

Hoffmann, R. *et al.* **Administração da empresa agrícola**. 5ª edição. 325p. São Paulo. Pioneira. 1973.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do censo demográfico**. Belo Horizonte, 2000.

Irion, J.E.O. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

Johnson, R.A.; Wichern, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**. 2. ed. New Jersey, Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1988. 607p.

Júnior, J.A.R. **Gerenciamento da Propriedade Agrícola**. Assessoria de Sócio-Economia da Diretoria de Produção Agropecuária Suínos – SADIA S/A, Concórdia/SC. 2000. Disponível em: <http://www.cnpsa.embrapa.br/abrades-sc/pdf/Memorias2000/3_Ribas.pdf>. Acesso em: 13.04.2006.

Júnior, P.P.M. 2007. **Cooperativas Agropecuárias no Estado do Amazonas: Um estudo baseado na eficiência da cooperativa sob o ponto de vista do cooperado**. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical) – Universidade Federal do Amazonas.

Lamarche, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

Lauschner, R. **Cooperativismo e agricultura familiar**, 1994. Disponível em <<http://www.gigaf.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 30.05.2006

Lunardi, S. M.; Santos, A. C. **O Programa de Gestão Agrícola da Extensão Rural do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: Uma análise na perspectiva dos produtores familiares**. Revista de Administração da UFLA. V.2 – Nº 2 – Jul/Dez – 2000.

Machado, M.D; Silva, A.L. 2004. **Distribuição de produtos provenientes da agricultura familiar: um estudo exploratório da produção de hortaliças**. Organizações Rurais & Agroindustriais. v. 6, n. 1, p. 1-124, janeiro/junho-2004. Departamento de Administração e Economia – Universidade Federal de Lavras – UFLA.

Marconi, M.A.; Lakatos, E.M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas elaboração, análise e interpretação de dados**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002).

Magalhães, C.A. 1992. **Planejamento da Empresa Rural – métodos de planejamento e processos de avaliação**. Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais. Imprensa Universitária.

Noronha, J.F.; Peres, F.C. **Rumos Futuros da Administração Rural**. In: Semana de atualização em Administração Rural, Lages, 1991. Anais. Florianópolis: SAA/EPAGRI/CTA do Planalto Serrano Catarinense. p. 251-260.

Oliveira, D.P.R. **Manual de Gestão das Cooperativas: Uma abordagem prática**. 2006. 3ª edição. 288p. São Paulo, Editora Atlas.

Oliveira, G. N. **Tipificação de propriedade rural usuária de energia elétrica no Estado de Minas Gerais**. Viçosa: UFV, 1995. 83p. (Dissertação – Mestrado em Extensão Rural).

Pinho, D. B. **Tendências da educação cooperativista no início do século XXI**. In: PANZUTTI, R. (Org.). **Educação cooperativista**. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2001. (Coleção estudo e pesquisa, 3).

Pizzol, S.J.S. 2004. **Combinação de Grupo Focais e Análise Discriminante: um método para tipificação de sistemas de produção agropecuária.** Revista de Economia Rural. Rio de Janeiro v.42. n.3. p.451-468 – jul/set 2004.

Rangel, S. **Proposta de índice para gestão do desenvolvimento econômico da Agricultura Familiar.** 2004. 163p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – Santa Catarina.

Ribeiro, J. P. **Plano de Administração da propriedade rural como um veículo de modernização da agricultura.** Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. 1985. 58p. (Leituras selecionadas, 14).

Santos, F.E.G. **Curso Administração da Propriedade Rural.** SESCOOP - Amazonas 2006.

Santos, G.J; Marion, J.C; Segatti, S. 2002. **Administração de Custos na Agropecuária.** 3ª edição. 165p. São Paulo, Editora Atlas.

Schneider, S. **A pluratividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2003. 359p.

Sebillote, M. (Dir.) **Los procesos de toma de decisiones de los productores: contribuciones recientes.** Paris: Academie d'Agriculture, 1988. 34p.

SEBRAE. Iranduba. **Diagnóstico Sócio-Econômico e Cadastro Empresarial.** Manaus, 2000.

Selltiz, C. *et. al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: E.P.U., 1975. 685p.

Sganzerla, E. **Nova Agricultura: a fascinante arte de cultivar com os plásticos.** 6 ed. Guaíba. Livraria e Editora Agropecuária, 1997.

Silva, C.R; Gobbi, B.C; Simão, A.D. 2005. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método.** Organizações Rurais & Agroindustriais. v. 7, n. 1, p. 1-124, janeiro/abril-2005. Departamento de Administração e Economia – Universidade Federal de Lavras – UFLA.

Silva, E.N.; Coelho, J.A.S.; Monteiro, P.S. **O avanço do capitalismo no campo.** In: I Encontro Internacional Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores (LABOR/UFC). Fortaleza, **Anais eletrônicos.** 2006, 1 CD.

Silva, J. L. **Administração Rural: Contabilidade e Administração. Curso de Administração Rural.** Viçosa-Minas Gerais. 1972.

Silva, L.M. 2001. **A coexistência entre os princípios cooperativos e a gestão empresarial numa cooperativa de trabalho: estudo de caso da COOFITEC.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Rio Grande do Sul.

Souza, Ricardo de et al. (Orgs.) **A administração da fazenda.** 5. ed. São Paulo : Globo, 1995.

Veiga, J. E. **1991. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Editora da USP, 1991.

Vivan, A.M.; Sette, R.S. **Análise de eficiência técnica e identificação do perfil gerencial de produtores rurais.** Revista de Administração da UFLA. v. 3, nº 1, jan/jun. 2001.

Yin, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2005. 3ª edição. 212p. Porto Alegre. Bookman.

Zylbersztajn, D. In: **Agronegócio Cooperativo: Reestruturação e Estratégias.** 2005. Viçosa-Minas Gerais: UFV,DER, p. 55-76

9 ANEXOS

Anexo I

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DAS									
PROPRIEDADES RURAIS DOS PRODUTORES ASSOCIADOS À COOAPIR									
FORMULÁRIO I									
MÊS		ANO			ANOS				
DS. 901		DS. 902			DS. 1001				
DS. 12 ESTADO CIVIL ATUAL 1 – Solteiro(a) 2 – União consensual/ amigado(a)/casado(a) (religioso/civil) 3 – Desquitado(a)/divorciado(a)/separado(a)/deixado(a) 4 – Viúvo (a)					DS. 13 RELIGIÃO OU CULTO 1 Nenhuma 2 Católica 3 Adventista do 7º dia 4 Batista 5 Assembléia de Deus 6 Metodista 7 Pentecostal 8 Igreja da Paz 9 Outro (especifique em P1301)				
DS. 1001					euaue ropriedad e fora de		DS. 1301		708)
			5 – Aposentado 6 – Outros			3 – Serviços 4 – Indústria 5 – Agroindústria 6 - Outros			
DS. 7 CARACTERÍSTICAS DOS MEMBROS RESIDENTES DA FAMÍLIA (VERIFICAR CÓDIGOS ACIMA)									
Ordem DS. 701	Grau de Parentesco DS. 702	Sexo 1- Mas 2- Fem DS. 703	Idade Completa DS. 704	Freqüenta escola 1 – Sim 2 – Não DS. 705	Grau de Instrução DS. 706	Ocupação DS. 707	Setor de Atividade DS. 708		
1.									
2.									
3.									
4.									
5.									
6.									
7.									
8.									
9.									
10.									
DS. 8 SEXO 1 Masculino 2 Feminino		DS. 9 MÊS E ANO DE NASCIMENTO (Se não souber o mês ou ano de nascimento, registrar 9 em cada espaço)			DS. 10 QUE IDADE TEM?		DS. 11 TEM CERTIDÃO DE NASCIMENTO? 1 – Tem e foi mostrada 2 – Tem e não foi mostrada		

DS.14 NASCEU NESTE ESTADO? 1 – Sim 2 – Não (→ DS.16)		DS.15 MORA NESTE ESTADO DESDE QUE NASCEU? 1 – Sim (→ DS.25) 2 – Não (→ DS.20)		DS.17 EM QUE ESTADO NASCEU?	
DS.18 NASCEU EM ÁREA URBANA OU EM ÁREA RURAL? 1 – Área urbana 2 – Área rural 3 – Não sabe		DS.19 DEPOIS QUE SAIU DO LUGAR ONDE NASCEU, VEIO DIRETAMENTE PARA CÁ? 1 – Sim (→ DS.23) 2 – Não		DS.20 ANTES DE MUDAR-SE PARA CÁ, MOROU EM ÁREA URBANA OU RURAL 1 – Área urbana 2 – Área rural	
				DS.23 HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ MORANDO AQUI? 1 – Menos de 1 ano 2 – De 1 a 4 anos 3 – De 5 a 9 anos 4 – 10 anos e mais	
DS.22 EM QUAL ESTADO MOROU?					
DS.24 POR QUE MUDOU-SE PARA CÁ? 1 – Constituição de família 2 – Transferência de trabalho 3 – Escassez de alimentos (caça, pesca, roça, etc.) 4 – Procura de trabalho 5 – Procura de melhores condições de educação 6 – Procura de melhores condições de saúde 7 – Acompanhando os pais, o(a) esposo(a) ou outros familiares 8 – Outro motivo (especificar em DS.2401) 9 – Não sabe					
DS.2401					
DS. 25 INFRA-ESTRUTURA LOCAL (1 – SIM; 2 – NÃO)					
DS2501	Escola				
DS2502	Igreja/Capela				
DS2503	Rede de energia				
DS2504	Abastecimento de água (poço, rio, igarapé, etc.)				
DS2505	Campo de futebol				
DS2506	Motor de luz				
DS2507	Outros				
QUANTO À ESCOLA:					

DS. 26 QUAL O MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA IR À ESCOLA? 1 – Ônibus 2 – Caminhada 3 – Carro próprio 4 – Outros		
DS.27 QUAIS SÃO SUAS PRINCIPAIS FONTES DE RENDIMENTO? (Marcar 1 para as respostas que o entrevistado der e anotar o valor (mensal) correspondente ao lado)		
DS2701	Rendimento do trabalho assalariado	R\$
DS2702	Aposentadoria, pensão ou salário-desemprego	R\$
DS2703	Bolsa-Família ou outros auxílios do Governo	R\$
DS2704	Trabalho não-assalariado (Ver total em DS31)	R\$
DS2705	Outra (especifique em DS27051)	R\$
DS2707	TOTAL	R\$
DS27051		
DS.28 QUAIS AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DETERMINAM A RENDA DA PROPRIEDADE (Marque: 1 – Mais importante, 2 – Segunda em importância, 3 – Terceira em importância)		
Agricultura		DS2802
Produção familiar (derivados da mandioca e outros produtos)		DS2803
Apicultura (criação de abelhas)		DS2804
Artesanato		DS2805
Caça		DS2806
Pesca		DS2807
Extração vegetal		DS2808
Criação de animais		DS2809
14. Outra (especificar em DS29141)		DS2814
DS28141		
DS.29 ASSOCIE A FORMA DE REMUNERAÇÃO (de acordo com as atividades marcadas na questão anterior)		
VENDA DOS PRODUTOS		
<i>Mais importante</i>	DS2901	R\$
<i>Segunda</i>	DS2902	R\$
<i>Terceira</i>	DS2903	R\$
(DS.30) Some o valor dos rendimentos referentes à DS.29 e colocar DS2704)		R\$

DS.31 MÃO-DE-OBRA UTILIZADA 1 – Familiar 2 – Contratada 3 – Outra (especificar em DS3201)	DS.32 A MÃO-DE-OBRA FAMILIAR 1 – Não são remunerados 2 – São remunerados 3 – Recebem de acordo com o trabalho executado 4 – Pedem dinheiro quando precisam 5 – Divisão de sobras 6 – Outro (Especificar em DS3201)	DATA DA ENTREVISTA ____/____/_____. PPGAT/FCA/UFAM
<i>Se for familiar passe para o quesito DS.32. Caso contrário, encerrar a entrevista</i>	DS. 3101	
	DS. 3201	

Anexo II

PERFIL ADMINISTRATIVO DO PRODUTOR RURAL

FORMULÁRIO II

P.1 Número do formulário				P.2 Nome do proprietário							
				P.3 Data da entrevista							
P.4 Localização				P.5 Idade				P.6 Grau de Escolaridade			
P.401 Município: _____				1- Até 30 anos				1 – Ensino fundamental completo			
P.402 Estado: _____				2- De 31 a 40 anos				2 – Ensino fundamental incompleto			
P.403 Atividade Princ: _____				3- De 41 a 50 anos				3 – Ensino médio completo			
P.404 Atividade Senc: _____				4- 51 e mais				4 – Ensino médio incompleto			
P.405 Tamanho da prop. (ha): _____								5 – Ensino superior completo			
								6 – Ensino superior incompleto			
								7 – Outros			
P.7 Tempo de experiência na atividade rural			P.8 A quanto tempo é associado na cooapir?				P.9 Após a associação na Coopir, a situação financeira e social:				
1- Menos de 1 ano			1- Menos de 1 ano				1- Melhorou				
2- De 1 a 5 anos			2- De 1 a 5 anos				2- Piorou				
3- De 6 a 10 anos			3- De 6 a 10 anos				3- Continua do mesmo jeito				
4- Acima de 10 anos			4- Acima de 10 anos								
P.10 Possui conta bancária diferenciada para os negócios?			P.11 Separa as despesas particulares do seu negócio?				P.12 Utiliza informações administ. no controle das atividades, de forma a facilitar o processo de tomada de decisões?				
1- Sim			1- Sim				1- Sim				
2- Não			2- Não				2- Não				

<p>P.13 Possui algum tipo de anotação ou registro para formar um banco de dados facilitando a tomada de decisões?</p> <p>1- Nenhum tipo de anotações 2- Anotações simples para atender o Imposto de Renda 3- Anotações simples para fazer um livro de caixa 4- Anotações simples para atender o Imposto de Renda, fazer um caixa e outras finalidades 5- Anotações para a execução da contabilidade 6- Outras (Especificar em P.131)</p>	<p>P.14 Quando há anotações, quem é responsável em fazê-las?</p> <p>1- Empregado (s) 2- Proprietário (s) 3- Familiares do (s) proprietário (s) 4- Outros (Especificar em P.151)</p>
<p>P.131</p>	<p>P.141</p>

<p>P.15 Para o sistema de organização administrativa, quais dos instrumentos abaixo utiliza?</p> <p>1- profissionais da área administrativa ou contábil 2- escritórios de contabilidade 3- microcomputador 4- Outros (Especificar em P.161) 5- Nenhum</p>	<p>P.16 Qual (is) das informações abaixo dispõe para controle das atividades?</p> <p>1- o custo por unidade dos produtos/animais a qualquer momento 2- o custo mensal da propriedade rural por um todo 3- controle permanente do inventário (estoque) 4- orçamento ou um fluxo de caixa projetado 5- margem de lucro por produto no sentido de saber qual produto é mais rentável 6- Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado pelo menos uma vez por ano 7- Algum tipo de Planejamento 8- Nenhuma</p>		
<p>P.151</p>			
<p>P.17 Como é feito o Planejamento das atividades</p> <p>1- Traça objetivos de curto e médio prazo 2- Traça objetivos de longo prazo 3- Traça objetivos a curto, médio e longo prazo 4- Não traça objetivos</p>	<p>P.18 Já utilizou algum tipo de consultoria externa? Efetuada por:</p> <p>1- Administrador rural 2- Contador 3- Agentes de Cooperativas 4- Marketing 5- Advogado 6- Nenhuma</p>	<p>P.19 Qual é o tipo societário ou forma de exploração do seu negócio?</p> <p>1- Pessoa Jurídica 2- Pessoa Física (<i>Passar para P.21</i>)</p>	
<p>P.20 Pessoa Jurídica</p> <p>1- empresa individual 2- limitada 3- sociedade anônima 4- outros</p>		<p>P.21 Pessoa Física</p> <p>1- único proprietário 2- dois ou mais proprietários 3- consórcios 4- comodato 5- meeiro</p>	
<p>P.22 Qual é o seu faturamento (total de vendas) anual?</p> <p>1- abaixo de R\$10.000,00 2- entre R\$11.000,00 e 50.000,00 3- entre 51.000,00 e 100.000,00 4- acima de 100.000,00</p>	<p>P.23 Nos últimos 3 anos você realizou investimentos na sua propriedade?</p> <p>1- Sim 2- Não</p>	<p>P.24 Conhece algum sistema de financiamento de recursos para o setor?</p> <p>1- Sim (<i>Especificar quais em P.241</i>) 2- Não</p>	

				P.241	
P.25 Qual ou quais destes meios de informação e/ou comunicação você possui? 1- Sim 2- Não		P.26 A maior parte das informações sobre agricultura é recebida de fonte: 1- assistência técnica e extensão rural 2- Cooperativa 3- jornais 4- televisão 5- vizinhos 6- rádio 7- sindicato 8- Outra (<i>Especificar em P.261</i>)		P.27 Recebe assistência técnica de assuntos relacionados aos procedimentos administrativos da propriedade agrícola? 1- Sim 2- Não	
P.251 Televisão					
P.252 Rádio					
P.253 Telefone				P.28 Costuma receber Assistência Técnica de:	
P.254 Videocassete/DVD				1- Empresa de Governo	
P.255 Computador (internet)		P.261		2- ONG`s	
P.256 Antena parabólica				3- Cooperativa/Associação	
P.257 Fax				4- Sindicato	
P.258 Outros				5- Técnicos locais da Prefeitura	
P.29 Qual a principal contribuição da COOAPIR? 1- Legalização do Produto 2- Organização dos agricultores 3- Capacitação dos agricultores 4- Assistência Técnica 5- Ampliação do mercado 6- Outras (<i>Especificar em P.2901</i>)		P.30 Sendo Oferecido algum curso na área administrativa: 1 – Gostaria de participar 2 – Acha desnecessário 3 – Prefere contratar profissionais externos 4 – Outros (<i>Especificar em P.301</i>)		PPGAT/UFAM/FCA	
P.2901		P.3001			

6. Caso não esteja satisfeito, quais as principais dificuldades para controle dos custos?

- A) contabilizar o que está sendo gasto
- B) encontrar critérios para ratear os gastos que são comuns a vários produtos
- C) tempo (cálculos demandam muito tempo)
- D) desconhecimento das técnicas de controle de custos
- E) outros – (Especificar)

7. Se não utiliza nenhum tipo de controle de custos, quais são suas principais dificuldades para utilizá-los?

8. Em sua opinião a Administração Rural, mesmo através de um controle simplificado, pode garantir um aumento da produtividade e rentabilidade da propriedade rural?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)